

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
CENTRO DE CIÊNCIAS DO AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO CIÊNCIAS DO AMBIENTE
E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA

ESPAÇO INVISÍVEL NO AMBIENTE URBANO: FAMÍLIAS MORADORAS
NA PERIFERIA URBANA DE COLINAS DO TOCANTINS.

MYRIAN NYDES MONTEIRO DA ROCHA

MANAUS
2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
CENTRO DE CIÊNCIAS DO AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO CIÊNCIAS DO AMBIENTE
E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA

MYRIAN NYDES MONTEIRO DA ROCHA

ESPAÇO INVISÍVEL NO AMBIENTE URBANO: FAMÍLIAS MORADORAS
NA PERIFERIA URBANA DE COLINAS DO TOCANTINS.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, área de concentração Política e Gestão Ambiental.

Orientador: Prof. Dr. Cezar Teixeira Honorato

MANAUS
2009

FICHA CATALOGRÁFICA

ROCHA, Myrian Nydes Monteiro da

R672e Espaço Invisível no Ambiente Urbano: Famílias Moradoras na Periferia Urbana de Colinas do Tocantins. _ Manaus, 2009.

94f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Amazonas – UFAM, Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – (PPG-CASA), 2009
Inclui bibliografia.

- | | |
|---------------------|-------------------------|
| 1. Espaço Urbano | 2. Espaço Invisível |
| 3. Periferia Urbana | 4. Colinas do Tocantins |

Dissertações. I. Honorato, Cezar Teixeira (Orientador) II. Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – (PPG-CASA). III. Título.

Classificação Decimal – 374.82

MYRIAN NYDES MONTEIRO DA ROCHA

ESPAÇO INVISÍVEL NO AMBIENTE URBANO: FAMÍLIAS MORADORAS
NA PERIFERIA URBANA DE COLINAS DO TOCANTINS.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, área de concentração Política e Gestão Ambiental.

Aprovada em 01 de junho de 2009

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Cezar Teixeira Honorato
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Profa. Dra. Sandra do Nascimento Noda
Universidade Federal do Amazonas

Profa. Dra. Rosalee Albuquerque Coelho Netto
Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia

A Elvio, amor da minha vida e aos nossos filhos
Suyene, Caio, Marilia, Gabriel, Clara, Lucas e
Camila expressão desse amor incondicional.

AGRADECIMENTOS

Há grandes e grandezas.

Existem pessoas que por sua natureza tornam a vida superlativa e desse modo vão dando forma e cor a tudo e todos por onde passam. Mais que presença são movimentos determinantes, são exercícios vigorosos de mudanças radicais que definem rumos e rotas por onde as vidas passam e delas saem igualmente engrandecidos. São homens e mulheres cujos padrões de comportamento estão intimamente ligados a conceitos, pensamentos e valores maiores, por isso quem os encontra e com eles convive, nunca mais é o mesmo. A Profa. Sandra do Nascimento Noda é uma destas pessoas. Tê-la encontrado foi obra dos deuses que sutilmente traçam caminhos novos e rumos desafiadores. A ela, mais que agradecimentos, minha admiração e respeito. Agradeço especialmente ao Prof. Cezar Teixeira Honorato, meu orientador, que entre os grandes aceitou mostrar-me o caminho da pesquisa e com seu conhecimento dilatado me orientou rumo à teoria do invisível. Agradeço ao Prof. Hirochi Noda que com sua bondade e tranquilidade, paciência e determinação me mostrou que era possível. Entre estes grandes coloco minha amiga e prefeita de Colinas do Tocantins, Maria Helena Defavari das Dores, por acreditar na educação como elemento transformador no caminho da dignificação humana. Agradeço a Professora Andréia Waichman, Diretora do Departamento de Pós Graduação, da Universidade Federal do Amazonas e finalmente meus respeitos ao Professor Moisés Abraham Cohen que nos primeiros instantes não poupou esforços para que este Mestrado profissional se realizasse e o Magnífico Reitor por sua sensibilidade e capacidade de visão e gestão.

Há diferentes e diferenças

Existem outras tantas pessoas que trazem a nobreza na alma e a grandeza no coração. Num fazer contínuo lubrificam as engrenagens do mundo suavizando as asperezas da vida com gentileza e atenção especiais. Expressam-se nas mãos amigas estendidas e nos sorrisos acalentadores como a dizer sempre: calma, tudo vai dar certo. Sem eles o viver é fardo insuportável.

Agradeço assim aos funcionários da secretaria do PPG/CASA, mas especialmente a Raimunda, que com carinho chamo Rai e Emitério pela disposição em resolver todas as questões frente à secretaria do Mestrado. Aos que formaram verdadeira equipe de trabalho, José Francisco, Julita, Cleivane e ao meu irmão Marcos Rafael agradeço pela presença constante e a disposição em auxiliar sempre. Agradeço a Silvia por organizar os gráficos no programa Excel. Ao meu amigo Edwaldo Roberto de Oliveira agradeço com reverência discipular as orientações e

as palavras certas nas horas difíceis que o esforço em realizar este trabalho trouxe. Ao meu irmão Eurípedes Júnior por ter trazido sua preciosa e genial contribuição.

Há únicos e essenciais

Outros mais existem que são como os primeiros raios de sol na manhã que nasce: suaves únicos e essenciais para a grandeza, leveza e beleza da vida. Estes são as partes de nos mesmos que se manifestam em formas outras de teor semelhante. São aqueles por quem nossos corações batem descompassados e se tornam essenciais porque trazem a essência, a seiva que alimenta a vida enchendo-a de cor e sabor. Co-criadores, construímos construindo-nos, uns aos outros numa corrente que fortalece a vida de forma única, verdadeira e intensa.

Aos meus pais Eurípedes e Maria Avany pelo presente da vida, pela oportunidade do recomeço, pelo exemplo dignificante, por serem nesta vida o princípio de minha vida, agradeço com carinho e amor filial. Pelo aprendizado que não cessa jamais agradeço aos filhos: os que nasceram de meu ventre; os que nasceram em outro lar e chegaram para depois seguir seus destinos; e os que foram trazidos pelas estradas da vida e ficaram atrelados à minha vida pelas forças do coração e da alma. Agradeço a Elvio por sua presença, por ser único, por ser essencial em minha vida.

Há o invisível.

Deus, inteligência suprema, causa primária de todas as coisas e infinito em seus atributos. Onipresença imanente e amorosa, energia que pulsa e faz vibrar a vida nos quadrantes do universo. Harmonia Cósmica constante e fecunda que faz brotar o equilíbrio e a paz. Criador amoroso e compassivo fez-me criatura à sua imagem e semelhança. Na estrada do conhecimento que agora trilho tuas mãos é meu salvo conduto, teu coração é minha inspiração e teus olhos é minha luz.

RESUMO

Neste trabalho buscamos compreender a ocorrência de alterações no ambiente decorrentes da vida invisível na periferia urbana da cidade de Colinas do Tocantins. A abordagem urbano ambiental dentro de uma perspectiva integrada da complexidade social e espacial, trouxe ao seio da discussão a produção e a reprodução do espaço, a degradação ambiental e a vida invisível aprendidos. Trouxe ainda a necessidade de uma construção teórica capaz de abrigar o conceito de espaço invisível e vida invisível. O estudo foi realizado durante os anos de 2007/2008 e evidencia as formas de ocupação do solo urbano, a partir do contexto histórico e espacial dos bairros Santo Antonio I e II e Santa Rosa I e II.

Palavras Chave: espaço urbano, espaço invisível, vida invisível, periferia urbana, Colinas do Tocantins

ABSTRACT

This work try to understand the occurrence of alterations on environment, arising from the invisible life in the urban outskirts of *Colinas do Tocantins* city of Wyoming Addressing urban environment within an integrated perspective of social and spatial complexity, has brought to the discussion within the production and reproduction of space, environmental degradation and the invisible life, and brought as well, the need for a theoretical construct capable of cover the concept of space and invisible life .The study was conducted during the years 2007-2008 and bring to light the occupation forms of urban space from the historical context of the neighborhoods *Santo Antonio I and II* and *Santa Rosa I and II*

Key words: urban space, invisible space, invisible life, urban outskirts, Colinas do Tocantins

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1. Projeção da área urbana da cidade de Colinas do Tocantins, TO, no ano de 1960, época de sua fundação, com a Pedra Fundamental e Praça 21 de abril. _____ 52
- Figura 2. Início da expansão da área urbana da cidade de Colinas do Tocantins, TO, nos sentidos nordeste e norte, no ano de 1970 _____ 52
- Figura 3. Expansão da cidade de Colinas do Tocantins, TO, transpondo o Córrego Marajá, no ano de 1980 _____ 53
- Figura 4. Ilustração da expansão da cidade de Colinas do Tocantins, TO, no ano de 1989, da instalação do Loteamento Araguaia I _____ 53
- Figura 5. Avanço do desenvolvimento urbano da cidade de Colinas do Tocantins, TO, no ano de 2000, com a instalação de novos bairros populares e o Loteamento Particular do Bairro Santa Rosa _____ 54
- Figura 6. Caracterização atual da malha urbana da cidade de Colinas do Tocantins, TO, no ano de 2006 _____ 54
- Figura 7. Alterações na paisagem urbana nos bairros Santo Antônio I e II e Santa Rosa I e II, na cidade de Colinas do Tocantins, TO _____ 60
- Figura 8. Lixo acumulado nas ruas dos bairros Santa Rosa (a), Santo Antônio(b), na cidade de Colinas do Tocantins, TO _____ 61
- Figura 9. Aspectos das residências existentes no bairro Santa Rosa I (a) e II (b), cidade de Colinas do Tocantins, TO _____ 63
- Figura 10. Aspectos das residências existentes no bairro Santo Antônio I (a) e II (b), cidade de Colinas do Tocantins, TO _____ 63

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1 – Distribuição da população em décadas de ocupação no município de Colinas do Tocantins, TO. _____ 51
- Gráfico 2 - Distribuição de frequência (%), do tipo de material empregado na construção dos domicílios existentes no bairro Santa Rosa, cidade de Colinas do Tocantins, TO, no ano de 1997. _____ 69
- Gráfico 3 -. Distribuição de frequência (%) da renda familiar nos bairros Santa Rosa I (a) e II (b), na cidade de Colinas do Tocantins, TO. _____ 70
- Gráfico 4 – Descritivo como Colinas do Tocantins,TO, vê o bairro Santa Rosa I (a) e II (b), na cidade de Colinas do Tocantins, TO. _____ 71
- Gráfico 5 – Descritivo de como o entrevistado vê seu bairro Santa Rosa I (a) e II (b), na cidade de Colinas do Tocantins, TO. _____ 72
- Gráfico 6 – Descritivo de onde os moradores do bairro Santa Rosa I(a) e II (b), não gostariam de morar na cidade de Colinas do Tocantins, TO _____ 73
- Gráfico 7 – Descritivo de como o entrevistado vê o bairro Santo Antonio I(a) e II (b), em Colinas do Tocantins,TO _____ 76
- Gráfico 8 – Descritivo quanto a opinião pessoal sobre o bairro Santo Antonio I(a) e II (b), em Colinas do Tocantins, TO. I _____ 77
- Gráfico 9 – Descritivo como Colinas do Tocantins, TO, vê o bairro Santo Antonio (a) I e (b) II _____ 78
- Gráfico 10 – Descritivo de onde os moradores do bairro Santo Antonio (a) I e II (b) não gostariam de morar na cidade de Colinas do Tocantins, TO _____ 79
- Gráfico 11 – Descritivo da origem do morador do Santo Antonio (a) I e (b) II, em Colinas do Tocantins,TO _____ 79
- Gráfico 12 – Descritivo do tempo de moradia no Santo Antonio (a) I e (b) II, em Colinas do Tocantins,TO _____ 80

LISTA DE TABELAS

Tabela 01. Região de Influência de Colinas do Tocantins: População, Área Territorial e Densidade Demográfica, por Município, Região e Estado _____48

LISTA DE SIGLAS

BR – Rodovia Federal

CEEB/CEU – Centro Espírita Eurípedes Barsanulfo de Colinas do Tocantins e Casa de
Eurípedes

CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

RPDC – Relatório do Plano Diretor de Colinas do Tocantins

SEMUSA – Secretaria Municipal de Educação

TO – Tocantins

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPITULO I	
ESPAÇO E INVISIBILIDADE: REVENDO CONCEITOS	21
1.1. A Noção de Espaço	21
1.2 A Reprodução do Espaço Urbano	23
1.3. Espaço Invisível, vida invisível	33
1.4. Mobilidade e Reprodução da Vida Invisível	37
CAPÍTULO II	
A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO EM COLINAS DO TOCANTINS	47
2.1. A Evolução Urbana em Colinas do Tocantins	47
2.2. A articulação Centro Periferia	55
2.3. Alterações Ambientais	59
CAPÍTULO III	
O VISÍVEL E O INVISÍVEL EM COLINAS DO TOCANTINS	65
3.1. Nós e Eles: A vida no espaço invisível	65
3.2. .O lugar da Fome	67
3.3. O lugar do esquecimento	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	83
ANEXOS	88
Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa	89
Formulário 01- Questionário	90
Formulário 02 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	91
Formulário 03 - Permissão de Filmagem, Cessão de Uso de Imagem e Voz	93

INTRODUÇÃO

Para iniciar este trabalho foi necessário pensar uma forma de abordar as categorias de análise essenciais ao entendimento e compreensão do espaço urbano e invisibilidade na cidade de Colinas do Tocantins, estado do Tocantins, partindo dos bairros Santo Antônio I e II e Santa Rosa I e II. Dessa forma o estudo da categoria espaço mostrou-se fundamental para entender a cidade, o urbano e seus agentes formadores no intrincado processo de produzi-la e reproduzi-la, levando-nos a adentrar às complexidades que lhe são inerentes. Estas complexidades quando olhadas interdisciplinarmente permitem compreender os processos econômicos, sociais e ambientais que constroem o urbano na cidade que pulsa no ritmo jamais visto.

A organização da vida humana no espaço urbano com seus deslocamentos no tempo espaço da cidade configura-se na mobilidade que se processa expandindo o tecido urbano, fragmentando-o. Tornam-se assim fragmentados porque é produto da ação social que se movimenta reproduzindo as relações sociais de modo funcional e hierarquizado. Os movimentos de deslocamentos levam consigo as relações sociais, a cultura, a história permitindo considerar a perspectiva da transformação permanente da realidade social pela ótica que situa o homem como produtor e produto desta realidade observada. Desse modo, a concepção metodológica tem como premissa a busca da compreensão da relação existente entre o ambiente urbano e a vida invisível, tendo a questão ambiental como resultado da ocupação fragmentada da ação social que se movimenta reproduzindo as relações de desigualdade social.

Com isso a discussão estará alicerçada em uma corrente teórica que abriga o processo de mobilidade, a produção e reprodução do espaço visível ou invisível, alterando o ambiente, com base nos objetivos, justificativas e na própria metodologia de abordagem do presente estudo. Neste sentido este trabalho se justifica na medida em que se propõe contribuir com a construção do conhecimento em uma área muito pouco estudada que é a cidade de Colinas do Tocantins,

que a mobilidade enquanto processo levou e trouxe, fez e desfez, traçando linhas invisíveis e quase sempre invioláveis no interior da cidade.

Temos então que é basilar a compreensão da história da ocupação dos bairros Santo Antonio I e II e Santa Rosa I e II, partindo de uma ótica que considera o ambiente construído pela apropriação e produção do urbano e do conhecimento, pois nos remeterá a elementos úteis para a nossa análise, objetivando identificar os processos de mobilidade e reprodução da vida invisível, além de descrever sua ocupação populacional e caracterizar as alterações ambientais daí decorrentes.

Para tanto a hipótese norteadora de nosso trabalho foi a de que alterações no ambiente decorrem da vida invisível na periferia urbana de Colinas do Tocantins para, então vincular a problemática ambiental e urbana, especificamente a expansão das periferias, ao fenômeno do que chamamos espaço invisível que abriga em si vida invisível, numa abordagem da produção social do espaço e da natureza.

A partir desse ponto objetivamos analisar o uso do solo urbano delimitando como área de estudo o Bairro Santo Antônio I e II e Santa Rosa I e II, identificando e tipificando as formas de ocupação e os agentes sociais envolvidos. Para tanto foi preciso colher informações e dados do processo histórico das ocupações nas áreas identificadas por meio de levantamento bibliográfico geral e específico referente ao tema, além da realização de revisão bibliográfica a respeito dos conceitos e categorias de forma a subsidiar o entendimento e a discussão.

Também realizou-se visitas a instituições que, no decorrer da pesquisa, foram identificadas como locais que possuíam arquivo significativo e de relevância para o trabalho. Dessa forma foi possível identificar os agentes de apropriação e uso do solo urbano por meio do cadastro municipal, existente no setor imobiliário da Prefeitura Local. É fato que nem todos os imóveis se encontram regularizados fundiariamente, contudo estas informações foram preciosas.

Contudo, grande parte do material usado em nosso trabalho foi coletado de forma empírica e a partir dos dados primários, assim como as informações diretas obtidas por

intermédio de trabalho de campo, mediante aplicação de questionário semi-estruturado, acompanhado de fotografias, gravação de imagem e som.

Como premissas metodológicas buscamos compreender a relação existente entre o ambiente urbano e a vida invisível, tendo a questão ambiental como resultado da ocupação fragmentada da ação social que se movimenta reproduzindo as relações de desigualdade social.

Como base lógica de sustentabilidade deste trabalho foi utilizada a abordagem sistêmica de Morin (2002). Esta abordagem visualiza o sistema de maneira paradigmática complexa, considerando o todo e as partes no complexo das relações, enquanto desenvolve um macro conceito composto de três vértices indissolúveis. Além do sistema a abordagem de Morin (2002) introduz pois outros conceitos basilares o de interação, que exprime o conjunto das relações, ações e retroações que se efetuam e se tecem num sistema, e o de organização, que exprime o caráter construtivo dessas interações e segue o princípio sistêmico-organizacional, que trabalha com as idéias de ordem e desordem.

As áreas de abrangência e a descrição detalhada dos Bairros Santo Antônio I e II e Santa Rosa I e II, foram feitas por meio de consultas aos mapas de localização e documentos disponíveis. Foram utilizadas ainda visitas *in loco*, pois, o Santo Antonio II, em especial, sendo uma ocupação recente inexistem registros técnicos, oficiais ou dados compilados de qualquer natureza. A escolha das áreas de estudo se baseou inicialmente em observações preliminares que indicaram que a ocupação dos bairros Santo Antonio II e Santa Rosa II se deram por movimentos de deslocamento originários do Santo Antonio I e Santa Rosa I. O bairro Santo Antonio I é antigo e surgiu na década de 70 em torno do chamado Posto Mil e uma “Casa de Tolerância”. O bairro Santo Antonio, nasceu afastado do centro da cidade, na margem oposta a BR 153 (Rodovia Belém Brasília), tendo como sua única referência o Posto de Combustível e o comércio que se desenvolvia em seu entorno, marcado por bares, restaurantes e “casas de tolerância”. Distante cerca de 3 km até hoje não está totalmente integrado a cidade de Colinas, pois não existem passarelas ligando o bairro ao restante da cidade. O bairro Santa Rosa, contudo, teve sua origem em um loteamento devidamente registrado, que sofreu uma onda de invasões

que acabou por ocupar mais de setenta por cento de seus imóveis.

Definidas as quatro áreas da pesquisa, passamos a etapa da coleta de dados e informações que as caracterizariam em seus aspectos populacional e socioeconômico, além de trazer à luz a visão dos moradores a cerca de seu bairro, da cidade. Nesse ponto se faz necessário distinguir cidade de urbano para que não sejam tomadas como sinônimos. A cidade é o espacialmente delimitado, o concreto, o específico. O urbano são os comportamentos, as atitudes, a contemporaneidade. Ou seja, ver a cidade e construir sua narrativa aceitando o desafio de conhecê-la, identificá-la a partir da imagem que a organiza traz o urbano que se expressa nos valores, hábitos, nas referências e identidades urbanas. Por isso mesmo os achados desta pesquisa mostram a possibilidade de compreensão da cidade e do urbano, não podem ser tomados à conta de incontestáveis.

Para podermos iniciar a pesquisa de campo submetemos projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa, da Universidade Federal do Amazonas e os indivíduos participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (anexo II), para os questionários (anexo I), e a Permissão de Filmagem, Cessão de uso de imagem e voz (anexo III), comprometendo a cedê-los à pesquisadora para utilização em produção de obra científica.

Vale ressaltar que com o intuito de otimizar o tempo fizemos opção por aplicar os questionários nos finais de semana, especialmente sábado a tarde e começo da noite e domingo de manhã e à tarde, pois durante a semana era difícil encontrar o responsável pelo sustento da família seja ele homem ou mulher. Excepcionalmente foram entrevistados outros membros da família, isto porque era o que se pretendeu foi obter informações completas especialmente aquelas que nos permitissem saber desde quando residiam no local, porque foram para lá e o que os mantinha ali. Os questionários semi-abertos foram elaborados contemplando três partes sendo duas partes fechadas que se destinou a obter respostas específicas em relação a aspectos sócio econômicos das famílias. A parte aberta visava colher informações a cerca de como eles viam a cidade e como eram vistos por ela. (LAKATOS e MARCONI, 1991, p.212). Foram feitas quarenta entrevistas gravadas com aplicação de questionários, sendo dez em cada um dos quatro bairros estudados. Foram feitas ainda entrevistas gravadas sem aplicação de questionários com pessoas que, ao longo da pesquisa, se mostraram fundamentais para o entendimento da dinâmica e mobilidade espacial urbana em Colinas do Tocantins.

Quanto à receptividade do informante de um modo geral todos os entrevistados se mostraram desconfiados. Ao iniciar o entrevistado se mostrava tímido, com respostas quase monossilábicas, para em seguida se sentirem confiantes e a vontade. Foi necessário explicar enfaticamente que a pesquisa era de caráter científico, sem vínculo político partidário ou ideológico de qualquer natureza. É que suas histórias estão marcadas por promessas eleitorais.

Os dados das fichas originais foram transferidos para o banco de dados informatizado que possibilitou a confecção e utilização do pacote estatístico Excel, permitindo separá-los e estruturá-los em gráficos permitindo a montagem de uma caracterização geral dos bairros O Estudo da estrutura do município de Colinas do Tocantins nos eixos tempo/espaço propiciou a reflexão do processo de construção dos parâmetros ambientais populacionais. Bem como a identificação dos pontos positivos e as deficiências da política e da concepção social. Os arquivos municipais nos possibilitaram resgatar mapas da Cidade de Colinas ampliando nossa visão de ocupação espacial do Município

A seleção fotográfica para Ferrara (2000, 76-77) é eficiente por ter caráter documental e panorâmico fazendo com que ocorra uma apreensão da imagem urbana e dessa forma entender como ela se produz e se transforma perdendo-se em metáforas de verticalidade e velocidade, para surgir no foco seguinte distorcida nas suas contradições:

A fotografia transforma a simples constatação da visualidade documental em um texto descritivo ou narrativo que organiza uma lógica não necessariamente linear e causal, mas perceptiva e cognitiva, capaz de produzir uma informação sobre a cidade. Descrever ou narrar são formas de percepção da realidade como produção dos significados que a informam e que são produzidas por ela (FERRARA,2006:61)

Foi imprescindível para a setorização e identificação da forma de apropriação do espaço urbano, a utilização de recursos como imagens de satélite (@ 2008 MapLink, TeleAtlas; Imagem @ 2008 Digital Globe) disponível em Google Earth e mapas da evolução da ocupação urbana de Colinas do Tocantins, que fazem parte do Plano Diretor Municipal, disponibilizadas pela Prefeitura local.

Assim, este trabalho está estruturado em 3 Capítulos. O primeiro, apresenta os principais embates teóricos a cerca de espaço urbano, sua produção e reprodução, enfatizando a segregação

espacial, para em seguida introduzir a temática sobre espaço invisível e vida invisível e mobilidade e reprodução da vida invisível, relacionando propositadamente teoria e prática.

O segundo capítulo, trata da questão da produção/reprodução do espaço à partir da discussão conceitual anteriormente elencada e da materialização deste embate na configuração urbana de Colinas do Tocantins e de seus bairros populares Santo Antonio I e II e Santa Rosa I e II. Em seqüência apresentamos as alterações ambientais e os apontamentos e dados encontrados a partir de formulários aplicados e dos trabalhos de campo que evidenciam a articulação centro periferia e os arranjos de acomodação num território específico.

No terceiro capítulo apresentamos o debate a cerca da visibilidade e invisibilidade da população e suas relações sociais, no tocante às políticas públicas, inclusive as ambientais referidas especificamente ao caso de Colinas do Tocantins e de seus bairros populares, realidade esta, que a experiência sensorial da visão amortece, minimizando e interferindo na dialética do sentir.

Finalmente, buscamos nas considerações finais, articular as principais conclusões dos capítulos 1,2 e 3 e apresentar propostas visando a melhoria das condições de vida incluindo a ambiental – de uma parcela considerável da população de Colinas do Tocantins, tecendo-a visível à sociedade como um todo.

CAPÍTULO I - ESPAÇO E INVISIBILIDADE: REVENDO CONCEITOS

1.1. A NOÇÃO DE ESPAÇO

Se hoje, no campo dos estudos históricos, debate-se a noção de Região (SILVA,1997), contestando o pressuposto determinista de “Região Natural”, a questão espaço tem merecido destaque para a incorporação nos estudos das particularidades articuladas com uma organização social mais ampla.

Os artigos de Silveira (SILVEIRA e MARTINS apud SILVA *op cit*), ofereceram alguns subsídios para situar melhor esta proposta de trabalho. No que se refere ao tema que nos propomos estudar, acreditamos ser importante esse tipo de abordagem, dadas às generalizações que têm sido feitas sobre as questões referentes a um espaço até pouco tempo denominado Centro-Oeste e, atualmente, Região do Cerrado. Depois da divisão do Estado de Goiás que deu origem ao Estado do Tocantins, este passou a integrar a Região Norte. São fronteiras determinadas política e economicamente, fronteiras essas que escamoteiam realidades do homem que ocupa o espaço.

Desde P.Vidal, la Blache e Lucien Lefebvre tem-se a impressão de que a historiografia esgotou o tema das relações históricas entre as sociedades e o espaço por elas cultivado. Outros historiadores tem tratado dos aspectos originais, permanentes e fundamentais das paisagens rurais e urbanas, sublinhando a unidade e a diversidade destes locais profundamente humanizados. Trata-se de apreender as relações multiformes que se estabelecem entre tipos de sociedades e tipo de meio ambiente natural. A interpretação histórica do fator natural em suas relações com a sociedade e as estruturas agrárias é, entretanto, um problema mal elucidado devido, como afirma Duby (1976), à falta de uma “dimensão ecológica” dessa história. As pesquisas históricas sobre as florestas e pastagens, por exemplo, são com raras exceções voltadas aos aspectos econômicos e jurídicos do seu uso. Um conceito de espaço deve ser entendido em

um contexto social e cultural. O espaço é uma categoria social definida alternativamente em contextos sociais e históricos. (KUS, 1983, p. 278)

O espaço caracterizado como total e abstrato, se define como um todo ordenado, construído através de uma estrutura lógica e necessária. Este espaço, sob um determinado ponto de vista, apresenta-se pronto e acabado, oferecendo poucas condições para que seja questionado, interrogado, ou mesmo elaborado, sugerindo que seja apenas absorvido.

“O espaço é o local que agasalha a informação e interfere na sua tradução, mas sua homogeneidade não permite que ela se revele. Essa homogeneidade faz com que a informação espacial se transforme em informação sobre o espaço, contido, abstrata e teoricamente em relatórios e memoriais nos quais não se vê o espaço, embora sobre ele se fale.” (FERRARA, 1993, p. 152)

Esse tipo de informação, fornecida por terceiros, tende a generalizar-se sobre o espaço, principalmente quando se trata de grandes áreas – o território, a região – perdendo assim sua especificidade, seu caráter particular que se caracteriza como referencial do espaço.

Para se captar a informação do espaço, é necessário transformá-lo em lugar informado. “É necessário ultrapassar aquela totalidade homogênea do espaço para descobrir seus lugares nos quais a informação se concretiza, na medida em que produz aprendizado e comportamento traduzidos nos seus signos: usos e hábitos.” (FERRARA, idem1993, p. 153).

Assim como Ferrara (1993) identifica no espaço seus elementos definidores, Silva (1997) vai mais além e destaca as relações entre as formas sociais e o espaço, bem como suas qualidades essenciais.

“Em primeiro lugar, as formas sociais podem ser ou não intrinsecamente dependentes do espaço (por exemplo, a forma nação é intrinsecamente dependente de um território). A consequência é que, da relação do grupo com seu território (proximidade ou exclusividade, isolamento ou pluralidade), se pode deduzir a sua estrutura.” (SILVA, 1997: p.63)

Dessa forma, Silva (1997) caracteriza a interdependência entre espaço e informação – um interage com o outro, formando um todo homogêneo, de onde se pode extrair informações que caracterizam a estrutura do grupo ou mesmo do espaço que o envolve.

Silva (1997) considera ainda que, o espaço possui uma segunda qualidade; “ele se divide em partes ou pedaços, os quais possuem seus limites bem estabelecidos. Os limites são sempre

arbitrários, constituindo lugares de tensão onde as relações entre vizinhos são testadas com movimentos ofensivos e defensivos.” (SILVA, 1997).

Com efeito, o sentido de apropriação do espaço por um determinado grupo, está diretamente relacionado ao que Silva (1997), reconhece como a “terceira forma de influência do espaço nas formações sociais”. Esse processo se constitui na capacidade de fixação de conteúdos, através de relações fixas ou indeterminadas ou mesmo nômades ou sedentárias.

Portanto, é no interior desta estrutura global que pretendemos analisar o funcionamento historicamente determinado do espaço urbano da cidade de Colinas do Tocantins. Estas estruturas representam, ao longo de sua trajetória histórica, a adaptação, em um dado momento, dessa comunidade a um certo espaço, bem como suas relações e intervenções antrópicas com o meio ambiente (espaço) que os abraça.

1.2. A REPRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

A cidade de quem passa sem entrar é uma; é outra para quem é
aprimonado e não sai mais dali; uma é a cidade a qual se chega
pela primeira vez, outra é a que se abandona para nunca mais
retornar; cada uma merece um nome diferente...
(As cidades invisíveis, Ítalo Calvino)

Na busca por uma construção conceitual escolhemos partir de dois pontos iniciais: um em que consideramos que o espaço urbano é estruturado e sua organização não se dá ao acaso, fruto do espontaneismo, outro em que consideramos a cidade como a projeção da sociedade no espaço, necessitando, em ambos os casos, de instrumentos teóricos capazes de analisar a concretude dessas relações.

A cidade de Colinas surgiu a partir de uma demanda de ordem política e econômico; nasce ao longo da BR 153 que liga a nova capital Brasília ao norte distante e isolado, adequando a região ao país no novo ritmo capitalista.

Colinas já surgiu com seu espaço tomado pela lógica do valor de troca, ou seja, as lideranças políticas de Tupiratins, cidade situada à margem do rio Tocantins, que projetaram a

novel cidade pensavam-na na condição de ponto de abastecimento e comercialização já que a rota fluvial seria desativada com a abertura da rodovia BR 153. Assim, é possível inferir que o movimento que a fez nascer e a estimulou a crescer esta permeado pela lógica do valor de troca, onde a desigualdade na sua ocupação sócio-espacial reflete a desigualdade característica da divisão do trabalho.

Villaça (2007) aduz que a localização é uma questão a ser considerada na medida em que

a localização urbana é um tipo específico de localização: aquela na qual as relações podem existir sem um tipo particular de contato: aquele que envolve deslocamentos dos produtores e dos consumidores entre os locais de moradia e os de produção e consumo (Villaça, 2007 23)

A análise da ocupação humana e o crescimento urbano avançando sobre áreas novas, alterando o ambiente de forma significativa, expõe conflitos e contradições ocorrendo assim o “deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espço.” (GIDDENS, 1991) Desse modo o referido autor propõe dois conceitos centrais: dualidade estrutural e processo de estruturação. O primeiro remete ao vínculo lógico entre ação e estrutura.

A abordagem da produção do espaço urbano torna-se mais complexa quando se opta por introduzir, na análise da temática urbana, o processo de mobilidade, isto porque, se as relações sociais produzem o espaço ao mesmo tempo em que são condicionados por ele, também, a dinâmica desse processo condiciona e induz os deslocamentos e estes, por sua vez, alteram o padrão de produção espacial. Assim, a mobilidade intra-urbana, abordada no capítulo seguinte, é incorporada como um processo inerente à produção do espaço urbano, o que, em última análise, possibilita considerarmos a perspectiva da transformação permanente da realidade social.

A problemática ambiental e urbana vincula a expansão das periferias ao fenômeno do que chamamos vida invisível, numa abordagem da produção social do espaço e da natureza. Estas dimensões da vida urbana tem sido tratadas separadamente, em que pese a questão urbano ambiental como produto da intervenção da sociedade sobre a natureza, acentuando as contradições da produção, consumo e apropriação social do espaço.

A abordagem urbana ambiental, dentro de uma perspectiva integrada da complexidade social e espacial traz ao seio da discussão a degradação ambiental e a vida invisível, apreendidos no cotidiano vivido.

Para Lefebvre (1999), o espaço urbano não é somente uma construção material (produto), mas também algo que exprime as relações sociais, e, ao mesmo tempo, reage sobre elas. Para ele o essencial para o entendimento do fenômeno urbano é a leitura da cidade a partir de sua centralidade. Aí se encontra e se produz todas as coisas, mercadorias, objetos, pessoas, imagens, formas etc, resultando no tipicamente urbano. Para ele

A centralidade não é indiferente ao que ela reúne, ao contrário, pois ela exige um conteúdo. E, no entanto, não importa qual seja este conteúdo. Amontoamento de objetos e de produtos nos entrepostos, montes de frutas nas praças de mercado, multidões, pessoas caminhando, pilhas de objetos variados, justapostos, superpostos, acumulados, eis o que constitui o urbano. (LEFEBVRE, 1999, p110)

A centralidade permite a assimilação da realidade urbana porque nela se verifica a reunião de tudo em função das necessidades humanas de produção das condições materiais de sobrevivência, sob situações determinadas. Naturalmente, isto se dá através do trabalho humano e se processa sobre uma base de relações sociais em que uma parcela da sociedade determina o curso das relações de produção, em função da propriedade que exerce sobre os bens de produção. Nessa relação tudo é traduzido e reduzido a um valor, transforma-se em mercadoria. O trabalho humano também se torna mercadoria e enquanto tal, a mão de obra se *coisifica*, levando a que o trabalhador se desumanize num gradativo processo de alienação. Uma vez que o salário se forma como valor próprio da mercadoria mão-de-obra, ele não participa do lucro, pelo contrário, ele é fundamento para o lucro. Dessa forma o salário permite apenas a reposição cotidiana das forças humanas, para que o trabalho continue exercendo sua função. Este sistema se desenvolve diretamente na cidade e é aí que geram a centralidade, aproximando uns dos outros, revelando diferenças e constituindo-se assim, na essência das relações sociais.

Lefebvre (1968, p 33) identifica como indissociáveis e interdependentes os processos de industrialização e de urbanização, mesmo reconhecendo a cidade como anterior a

industrialização. Para ele, a morfologia social e a morfologia física se constroem mutuamente, evidenciando o germe revolucionário e transformador, embora existam condições como a segregação espacial que ocorre nas cidades industriais, onde não existem oportunidade de encontro e quando existem não podem ser plenamente aproveitadas, pois estes passaram a viver em função do trabalho, não mais se encontrando, apenas se deslocando da casa para o trabalho e vice versa.

Grande contribuição à temática trouxe Castells (2006, p 26) ao tratar do elemento fundamental da estrutura urbana: o centro da cidade. Ele observa que “O centro de negócios constitui-se de uma infra-estrutura de telecomunicações, comunicações, serviços urbanos e espaço para escritório”.

Noutra importante contribuição, Villaça (2007, p18) entende que espaço urbano “está hoje de tal forma comprometido com o componente urbano do espaço regional que houve a necessidade de criar outra expressão para designar o espaço urbano, adotando e usando intra-urbano.” Por nossa vez entendemos que a expressão espaço urbano é plenamente satisfatória.

Esta situação projeta-se sobre o processo de (re)produção do espaço urbano, manifestando toda a dimensão das contradições sociais formuladas nas relações de produção. O espaço é ocupado, definido e redefinido de forma desigual “a partir da necessidade de realização de determinada ação, seja de produzir, consumir, habitar ou viver”(CARLOS, 1994, p 45)

Ao analisar o processo de formação do espaço Carlos(1994) entendeu que

O processo de reprodução espacial envolve uma sociedade hierarquizada, dividida em classes, produzindo de forma socializada para consumidores privados. Portanto, cidade aparece como produto apropriado diferentemente pelos cidadãos. Essa apropriação se refere às formas mais amplas da vida na cidade; e nesse contexto se coloca a cidade como o palco privilegiado das lutas de classe, pois o motor do processo é determinado pelo conflito decorrente das contradições inerentes à diferentes necessidades e pontos de vista de uma sociedade de classes (idem:23).

Num fluxo constante as cidades atraem e expulsam indivíduos que se deslocam na procura de um tempo-espaço que é o modo de existir característico do sujeito urbanizado. Estes fluxos são observáveis historicamente e não um fenômeno atual, resultam como consequência de

contextos socioeconômicos historicamente determinados, realizando mudanças sociais extremamente relevantes.

Nesse sentido “ poder-se-ia dizer que entre uma cidade de origem e outra de destino, o estrangeiro, e tudo (sic.) aquele que deseja migrar, estaria construindo e imaginando formas de existência na cidade que se traduzem a partir de resíduos de sua memória...” (DUTRA, 2007, p.4)

O tecido urbano expande-se e fragmenta-se. Tornam-se assim fragmentados porque é produto da ação social que se movimenta reproduzindo as relações sociais de modo funcional e hierarquizado. As moradias periféricas espalham-se, criando um ambiente dissociado, produzindo a degradação ambiental. A unidade e a simultaneidade que possuíam é substituída por uma rede de malhas desiguais expressando-se na cisão entre o habitante e o habitar.

Ao ocupar parcelas desiguais do espaço urbano as pessoas (re)produzem o lugar coletivo, a partir da finalidade de uso, das relações sociais que estabelecem, dos recursos econômicos de que dispõem, dos projetos políticos que mobilizam e das condições naturais do espaço e dessa forma

A produção espacial realiza-se no cotidiano das pessoas e aprece como forma de ocupação e / ou utilização de determinado lugar num momento específico. Do ponto de vista do produtor de mercadorias, a cidade materializa-se enquanto condição geral da produção (...) e nesse sentido é o lócus da produção (...) Do ponto de vista do morador, enquanto consumidor, a cidade é um meio de consumo coletivo (bens e serviços) para a reprodução da vida do homem. É o lócus da habitação e de tudo o que o habitar implica na sociedade atual: escola, assistência médica, transporte, água, luz, esgoto, telefone, atividades culturais e lazer, ócio, compras, etc (CARLOS, 1994, p 46)

Esta situação projeta-se sobre o processo de produção ou reprodução do espaço urbano, manifestando toda a dimensão das contradições sociais formuladas nestas relações. O espaço é ocupado, definido e redefinido de forma desigual “a partir da necessidade de realização de determinada ação, seja de produzir, consumir, habitar ou viver”(idem:p 45).

Na dinâmica desse processo de crise a valorização do espaço adquire novo aspecto quando fragmentado por empreendedores imobiliários que submetem o acesso e uso ao mercado, definidos pelo estabelecimento da propriedade privada da terra. Surge então o aprofundamento do parcelamento do espaço em lotes que são comprados e vendidos no mercado, contribuindo

para ocultar a percepção de que o processo de fragmentação está relacionado com as estratégias de política e mercado, da terra urbana como valor de troca, valorizando de forma diferenciada o ambiente urbano.

A exemplo disso, Palacin(1990) ao retratar o norte goiano adverte-nos que:

“Devemos, contudo, notar que o núcleo urbano, por pequeno que seja, propicia um novo tipo de diferenciação social. Nestas trezentas casas de terra e palha, na sua maior parte, é traçada uma linha divisória invisível, mas inviolável, entre sociedade e pobreza” (PALACIN,1990, p76).

Esta desordem na produção do espaço urbano, apresentado como caos que traz o homem como elemento central, oculta o auto ordenamento da produção privada da cidade ou bairro, que guarda em si mesma uma lógica que acaba mutilada pela lógica da mercadoria e da especulação imobiliária. Neste contexto o poder público se apresenta, intervindo para modificar e transformar o espaço com o objetivo de controlar o todo, porque modifica as relações de domínio de poder sobre o território, para atender seus próprios interesses. Temos então que o processo de reprodução do espaço é ao mesmo tempo contínuo e descontínuo apresentado profundas rupturas provocadas pela intervenção do estado em função das contradições decorrentes do próprio processo.

Correa (1989, p 72) entende o espaço urbano como

fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campos de lutas – é o produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. São agentes sociais concretos, e não um mercado invisível ou processos aleatórios atuando sobre um espaço abstrato. A ação desses agentes é complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classe que dela emergem.

Desse modo o espaço urbano é entendido num amplo processo histórico e social, concreto e dinâmico, que surge como produto de contradições intrínsecas ao conflito entre as necessidades do capital e as necessidades da sociedade como um todo, quando o estado assume a produção política de relações sociais, como articulador das condições gerais de produção e

reprodução do capital, e como regulador das relações de reprodução da vida da sociedade (PENNA, 2002, p 5).

Ainda para Penna (2002), as estruturas de poder e de segregação social acabam por sujeitar o acesso a cidade, ao uso da cidade e o acesso a terra como valor de troca. O uso do espaço fica condicionado as estruturas e as esferas de poder político, de acordo com sua funcionalização e hierarquização social. Para manter e reproduzir essas relações de poder no espaço tornou-se necessário criar uma forma adequada de distribuição espacial para a manutenção da cidade como espaço político, hierarquizado e fragmentado

No capitalismo a apropriação de recursos e espaços urbanos é intrinsecamente desigual, com oportunidades diferentes de apropriação desses recursos e seus benefícios, onde a localização no espaço físico será resultado de lutas individuais ou coletivas. Identificar sua representação permite entender e identificar o grau de segregação social presente no espaço.

Para Carlos (1994, p 83), a cidade é essencialmente o *locus* da concentração de meios de produção e de concentração de pessoas; é o lugar da divisão econômica do trabalho, é o lugar da divisão social do trabalho dentro do processo produtivo e na sociedade é também um elo na divisão espacial do trabalho na totalidade do espaço.

Nesse sentido é preciso destacar que a idéia de espaço urbano não pode ser analisada como vinculada apenas e tão somente à concentração do capital como fenômeno puramente econômico. Ainda para Carlos (1994)

... a idéia de urbano transcende a de mera concentração do processo produtivo *stricto sensu*. O urbano é um produto do processo de produção num determinado momento histórico, não só no que se refere a a determinação econômica do processo (produção, distribuição, circulação e troca) mas também as sociais, políticas, ideológicas, jurídicas que se articulam a totalidade da formação econômica e social. Desta forma o urbano é mais que um modo de produzir, é também um modo de consumir, pensar, sentir; enfim, é um modo de vida. (idem, p 94)

Para Park (1979, p 27) é possível observar a cidade por um mecanismo psicofísico. Este mecanismo permite ver a cidade como uma unidade geográfica, ecológica e econômica onde acontece uma multiplicação de ocupações e profissões que se interligam aos “artefatos” (prédios, ruas, etc) por forças vitais. Dessa forma a cidade torna-se o habitat natural do homem civilizado,

que acaba sendo caracterizado pelo seu próprio tipo peculiar, ao ponto dela ser do jeito que se manifesta nos hábitos e costumes das pessoas que a habitam.

O perpétuo processo de reorganização das formas que apresenta e o seu conteúdo cultural impõe que os estudiosos desse campo recorram ao conhecimento histórico e cronológico. Este fato induz a uma maior aproximação entre áreas do conhecimento, porque para explicar a organização atual do espaço, externada em grande parte na paisagem, é necessário reconhecer a sua inter-relação com o tempo. Este, porém, nunca será diretamente percebido ou apreendido, uma vez que é filtrado pelos agentes sociais históricos. Um reflexo concreto desta historicidade é o recente fenômeno da globalização oriundo da difusão generalizada das técnicas e das informações, em que as cidades continuam combinando um grande número de variáveis típicas desta época e de épocas passadas. Logo, há uma convivência pressupõe elementos de diversas origens e idades com multiplicidade de relações de capital, trabalho e cultura.

Neste ponto de nossas reflexões não há que ponderar a cerca do espontaneísmo como fenômeno explicativo da ocupação do espaço urbano, deixando parecer que nossas cidades se desenvolveram ao deus-dará, prescindindo de movimentos endo-ordenados (movimentos não aleatórios, ordenados individualmente, que pela identidade associam-se com outras individualidades) e ecto-ordenados (movimentos pré-ordenados por estruturas organizacionais externas).

Neste sentido Simmel (1979, p 18) afirma que os problemas mais graves da vida moderna derivam da reivindicação que faz o indivíduo de preservar a autonomia e a individualidade de sua existência em face das esmagadoras forças sociais, da herança histórica, da cultura externa e da técnica da vida.

As misturas incomodam. Via de regra as comunidades, sobretudo as residenciais, oferecem resistência à intrusão de um novo grupo de status tido como inferior ou com base em diferenças culturais, raciais ou de padrão econômico. Deste modo o espaço humanizado recebe uma série de pressões, internas ou externas, que tendem a tornar-se, de certa forma, homogêneos, entretanto essas pressões acabam por gerar muito mais situações de conflito onde cada grupo

procura preservar suas especificidades. Silva (1997, p 86) considera esta questão na medida em que “uma segunda qualidade do espaço com influência sobre a interação é que, para fins práticos, o espaço se divide em peças (ou pedaços) que possuem limites (que criam a unidade interna com normas próprias e estabelecem a relação com o exterior). Os limites são sempre arbitrário, constituindo lugares de tensão onde as relações entre vizinhos são testadas com movimentos ofensivos e defensivos. Para Canclini (1998, p 41), no entanto, é em meio a essas tensões que se constituem as relações complexas, nada esquemáticas, entre o homogêneo e o subalterno, o incluído e o excluído. Essa é uma das causas pelas quais a modernidade implica tanto processos de segregação como hibridação¹ entre seus diversos setores sociais.

À medida que a comunidade cresce, não há meramente uma multiplicação de casas e vias, mas um processo de diferenciação e classificação (que podemos chamar segregação) também ocorre. Assim a cidade cresce por expansão, mas será através da seleção e da segregação que cada indivíduo encontrará, eventualmente, ou o lugar para onde ele deve ir ou o lugar para onde pode ir. Temos então que toda mudança nas condições de vida social se manifesta primeiramente e mais obviamente numa mobilidade intensificada e em movimentos que terminam em segregação. Essa segregação determina os padrões físicos que a comunidade em mudanças necessariamente assume e “essa forma física, por sua vez, efetua uma modificação na organização cultural da comunidade”. (apud) p: 141 Eufrásio.

O lugar onde está cada pessoa no mundo é percebido como o lugar da vida e é o símbolo daquele tipo de vida que a situa em relação a outras possibilidades, vale dizer então que “como se mantêm sempre vivas aquelas escaramuças entre as abstrações idealizadas e as práticas do vale-tudo, é preciso conviver com muita coisa fora dos trilhos. Escritas certas nos lugares errados, erros tipográficos como as favelas” (SANTOS, 1988, p 40)

Marchal Berman (1996, p 18)

¹ Hibridação – O conceito de hibridação cultural é desenvolvido por Canclini em sua obra Culturas Híbridas

Se nos adiantarmos cerca de um século, para tentar identificar os timbres e ritmos peculiares da modernidade do século XX; a primeira coisa que observaremos será a nova paisagem. Altamente desenvolvida, diferenciada e dinâmica, na qual tem lugar a experiência moderna. Trata-se de uma paisagem de engenhos a vapor, fábricas automatizadas, ferrovias, amplas novas zonas industriais; prolíficas cidades que cresceram do dia para a noite, quase sempre com aterradoras conseqüências para o ser humano.

Canclini (1998, p 356) ao estudar as diferentes concepções de modernidade e o processo de hibridação cultural, situando esta questão nos amplos horizontes da crise da modernidade afirma que modernidade não é um espaço ou um estado no qual se entra ou do qual se emigra. É uma condição que nos envolve, nas cidades e no campo, nas metrópoles e nos países subdesenvolvidos. Com todas as contradições que existem entre modernismo e modernização, e precisamente por elas, é uma situação de trânsito interminável na qual nunca se encerra a incerteza do que significa ser moderno. Radicalizar o projeto da modernidade é tornar aguda e renovar essa incerteza, criar novas possibilidades para que a modernidade possa ser sempre uma e outra coisa.

1.3. ESPAÇO INVISÍVEL, VIDA INVISÍVEL

As cidades fortificadas da Idade Média foram expandindo-se sem que no entanto a reprodução da segmentação espacial se alterasse. Lentamente as cidades ultrapassam as muralhas e indimensionam-se ao influxo da Revolução Industrial, que, por sua vez, traz na herança do liberalismo econômico a idéia de indivíduo exclusivamente consumidor. “A nova organização social, fundada na indústria rompe com esses constrangimentos promovendo o intercâmbio entre espaços voltados até então para si mesmos” (ORTIZ, 2000, p.19).

Olhar a cidade nos dias atuais é um exercício um tanto quanto audacioso, até porque o que olhamos e vemos agora, em poucos segundos não será o mesmo. A cidade moderna, multifacetada e de ritmo frenético produz tipos específicos e os comporta como seus troféus. Cada um a seu modo e todos em particular seguem pela cidade produzindo e reproduzindo sua forma de ser caracteristicamente determinada pela condição mesma do urbano. É nesse contexto

que “a circulação, princípio estruturante da modernidade, possibilita a emergência do *flâneur*”(grifo do autor) (ORTIZ, 2000,p.21).

O flâneur (flanador), é o observador que encontra prazer no efêmero e na circunstancia, encanta-se pela multidão, pelo mundo. Ele reinventa a cidade a cada passeio, interpreta a infraestrutura forjando um texto de significação privada, preocupando-se apenas e tão somente com impressões pessoais para a significação do espaço, aliás, o gesto de flânar é por si só uma atitude de presença e ausência de forma simultânea, uma vez que o indivíduo insere-se na multidão ao mesmo tempo em que aprofunda sua solidão, seu isolamento.

Ortiz (2000) em artigo intitulado Walter Benjamin e Paris – individualidade e trabalho intelectual, interroga o que faz o flâneur. Questiona e responde nos seguintes termos: “Olha e descreve. Personagem urbano, suas antenas sensoriais privilegiam a visão (...) Para ele a cidade é uniforme apenas na aparência, sob ela se esconde todo um mundo, realidade subterrânea ao cotidiano do homem ordinário.” (ORTIZ, 2000, p.21). No dizer do autor a cidade se apresenta como um labirinto, espaço cheio de surpresas, porém só o olhar perspicaz capta o que subjaz à sua manifestação epidérmica.

O *flâneur* não se prende nem se vê presa, quer se perder na cidade, exercício impossível ao *blasé*, cujo olhar que não se deixa comover e para quem todos as ruas e vielas são idênticos na sua forma metropolitana

A atitude Blasé segundo Simmel (1979, p.16) “é a incapacidade de reagir a novos estímulos com as energias adequadas (...) que associada à economia monetária, a essência da atitude blasé encontra-se na indiferença perante as distinções entre as coisas (...) não são percebidas como significantes”. Para ele a metrópole como expressão da racionalidade predispõe o indivíduo a um ambiente de pressão psicológica na qual a condição de ser sujeito está associada ao distanciamento e alheamento dos demais. Essa força que o imprime à frieza traz em seu bojo a impessoalidade, típica da reserva de comportamento, criando um ambiente individualista. Assim, a impessoalidade é o traço marcante do homem urbano e essa atitude decorre do fato de ser massacrado por um turbilhão de estímulos ou acontecimentos cotidianos,

aos quais, depois de um certo tempo, deixa de reagir. Sente-se anestesiado e por isso distancia-se.

Outro traço característico do espaço urbano, a política de mercado é mais um condicionante do comportamento frente ao outro. A condição coisificada de tudo e de todos, não estabelecendo sentimentos ou diferenciações, resulta na padronização do eu e de suas respostas diante da realidade. O homem tanto quanto o dinheiro passa a ser quantificado e de forma tal isso se dá que não se estabelece valores significativos de ética, moral ou personalidade, antes o indivíduo torna-se um ser predeterminado para realizar ações determinadas por suas necessidades concretas. Assim, a realidade dotada de sentido é substituída por uma experiência totalmente destituída de significado. A reação deste conflito destitui o ser do humano. O ambiente essencialmente depurado que engendra esse processo de transformação é, no dizer de Simmel (1979), a metrópole, onde o homem está cada vez mais centrado no intelecto a fim de especializar-se para atender as condições do mercado e dessa forma distancia-se da espiritualidade, da delicadeza e idealismo. Podemos então inferir que, para Simmel, a visão é um sentido associado às qualidades desenvolvidas pelos indivíduos que vivem na metrópole.

Uma vida em perseguição desregrada ao prazer torna uma pessoa *blasé* porque agita os nervos até seu ponto de mais forte reatividade por um tempo tão longo que eles finalmente cessam completamente de reagir. Da mesma forma através da rapidez e da contrariedade de suas mudanças, impressões menos ofensivas forçam reações tão violentas, estirando os nervos, tão brutalmente em uma em outra direção, que suas últimas reservas são gastas; e, se a pessoa permanece no mesmo meio, elas não dispõem de tempo para recuperar a força. Segue assim, a incapacidade de reagir a novas sensações com a energia apropriada. (...) Essa fonte fisiológica da atitude *blasé* metropolitana é acrescida de outra fonte que flui da economia do dinheiro. A essência da atitude *blasé* consiste no embotamento do poder de discriminar. Isto não significa que os objetos não sejam percebidos, como é o caso dos débeis mentais, mas antes que o significado e valores diferenciais das coisas, e daí as próprias coisas, são experimentados como destituídos de substância. (...) O dinheiro, com toda a sua ausência de cor e indiferença torna-se o denominador comum de todos os valores; arranca irreparavelmente a essência das coisas, sua individualidade, seu valor específico e sua incomparabilidade. (grifos do autor)(idem, 1979, p 16)

Temos então que os tipos flâneur e blasé crescem, mas não finalizam a questão relativa à visibilidade e invisibilidade. Para Bouyer

Quer se trate do mundo do trabalho, do mundo do lazer ou esporte, da religião, das relações afetivas entre as pessoas, a tudo se interpõe uma mediação trágica do “gabarito” ou determinação das possibilidades de ação, restritas a uma lista finita e limitada de opções previsíveis. Paradoxo humanístico, visto que a consciência do homem é plural, complexa, imprevisível, de possibilidades infinitas. O que ocorre, então? (...) A

Ora, a presença de um segmento periférico e residual, constituído por trabalhadores sem qualificação, na maioria analfabetos funcionais e portanto, com alto percentual de desemprego e dependente de apoio da seguridade social, em sua condição de invisíveis expressam o que Bouyer (2008) chama de tragédia, pois a resposta aos estímulos esta definida “no gabarito” que limita o repertório de possibilidades cognitivas mais amplas por uma cultura que demanda respostas simples a estímulos programados pelo sistema. É possível flânar olhando tudo e nada vendo ou mesmo adotar uma atitude blasé, endurecendo os sentidos e negando o que se me apresenta a cidade.

É de se observar que para o autor a experiência sensorial é ver, unicamente ver. Porém, para ele, filósofo, é essencial reaprender a ver o mundo. É nesse sentido, no sentido da (re)aprendizagem pautada no exercício sensorial da visão que surge os personagens *blasé* e *flâneur*, simples cidadãos, circulando pelas entranhas da cidade, pelas ruas estreitas ou vias largas, no tumulto do dia que corre, ou na noite que se encobre num manto de sombra, olhando sem ver, simplesmente passando.

Para Merleau-Ponty (2008), a intencionalidade é uma relação dialética onde surge o sentido. “Porque estamos no mundo, estamos condenados ao sentido e não podemos fazer nada ou nada dizer que não tenha nome na história (prefácio, p. XIV); o real é um tecido sólido, ele não espera nossos juízos para se anexar os fenômenos mais surpreendentes nem para rejeitar nossas imaginações mais verossímeis.” (prefácio,p V). Temos então que o “visível é a cristalização momentânea da visibilidade”, daí “a impossibilidade de reconhecimento absoluto do dentro pelo de fora e do fora pelo dentro” (Merleau-Ponty, 2008). Ora, deste modo, quem esta dentro é capaz de reter a visibilidade momentânea do visível interno, e assim imprimir o que vê em sua retina e memória de forma a reconhecer porque já conhece e individualiza. Diferentemente, o de fora não alcança a momentaneidade da visibilidade do que esta dentro pois o visível não lhe chega aos sentidos.

Para Simmel (1979), o “significado e valores diferenciais das coisas [objetos, lugares, pessoas, enfim, “coisas”], e daí as próprias coisas, são experimentados como destituídos de substância...”. A corrente valorativa que segundo o mesmo autor a tudo subordina, confere significados e valores positivos ou negativos e tanto mais próximo do ponto zero quanto mais destituídos de substância se tornam.

Somente o que vejo sou capaz de descrever, porque o sentido surge de minha relação com o mundo. Assim, a invisibilidade é senão a (in)capacidade sensorial de apreensão pelos sentidos da cristalização momentânea da visibilidade do espaço, coisa, pessoa ou objeto pela destituição de substância, o que resulta na substituição da realidade por uma experiência totalmente destituída de significado.

1.4. MOBILIDADE E REPRODUÇÃO DA VIDA INVISÍVEL

 Não que seja fácil se movimentar. No meu quarto, somos vinte e seis pessoas: para mover os pés, preciso incomodar os que estão agachados no chão, abro espaço entre os joelhos daqueles sentados sobre a cômoda e os cotovelos daqueles que se revezam para se apoiar na cama – todas pessoas gentis, felizmente.
 (As cidades invisíveis, Ítalo Calvino)

No decorrer da história, os homens sempre se deslocaram fisicamente, impelidos por diversas razões, movimentando-se constantemente. Buscando segurança ou alimento, fugindo de guerras ou de conflitos civis, ou ainda escassez de recursos naturais e atraídos pelas melhores condições de vida, o ser humano sempre se deslocou. Dessa forma percebemos que o fenômeno da mobilidade sempre foi desempenhado como processo que garantiu a sobrevivência dos indivíduos. Se no período primitivo, significou o único recurso de obtenção de alimentos e segurança como forma de sobrevivência do grupo, veremos que no sistema capitalista, para uma grande massa de indivíduos trabalhadores, a mobilidade também significa o único recurso gerador de subsídios de sobrevivência pessoal e familiar.

Contudo, em épocas mais recentes, a mobilidade física da população se dá principalmente por meio da relação capital e trabalho e este processo também tem representado para o trabalhador uma condição vital. O indivíduo submisso ao capital e desprovido de outros bens encontra, como única forma de sobrevivência, a venda do único bem de que dispõe: sua força de trabalho. A mobilidade enquanto fenômeno nunca foi tão relevante como após a Revolução Industrial, ou seja, foi com a introdução das relações capitalistas de produção no espaço geográfico que este fenômeno se acentuou.

Para o entendimento desse processo, foram desenvolvidos instrumentais analíticos e diversas metodologias foram utilizadas. Dentre esses os estudos descritivos neoclássicos, utilizados até o final da década de 70, fazendo uso principalmente de dados mensuráveis, como análise estatística em detrimento do enfoque histórico e geográfico e extensas quantificações da mobilidade em detrimento de suas causas e efeitos acabou por minimizar o significado do fenômeno da mobilidade. Estes estudos evidenciaram que os motivos que levavam o indivíduo a realizar movimentos de mobilidade física eram de caráter endógeno, em favorecimento de uma decisão pessoal e subjetiva, uma “liberdade individual”, ou seja por sua característica individualista a abordagem neoclássica considera o fenômeno migratório como uma decisão pessoal, não pressionada ou produzida pela conjuntura espacial geoeconômica.

Os anos 70 contudo, configuraram-se num importante marco nos estudos de mobilidade, quando o enfoque marxista tornou-se relevante, enquanto os estudos neoclássicos minimizaram em importância. Os estudos procuram explicar o fenômeno da mobilidade sob o enfoque do materialismo histórico, onde a noção de trabalho é seu ponto central. Trata-se portanto, de uma visão crítica da mobilidade, enquanto meio de sobrevivência, imposta pelo capital ao trabalhador quando ele se apropria do único bem de que dispõe: sua força de trabalho. Nesse enfoque, a mobilidade não possui um caráter individualista, mas é entendida enquanto fenômeno de um grupo socialmente produzido, assim, o deslocamento exercido pelos trabalhadores para um outro espaço que não seja o seu é denominado de “mobilidade forçada”, pois estes indivíduos estão

sempre sujeitos ao capital e este deslocamento não parte de uma decisão subjetiva, mas é impelido por causas externas.

Essa forma de mobilidade, vista a partir do sistema de produção capitalista, é regida por uma lógica própria, onde capital e trabalho se articulam, dando a forma de uma mobilidade da força de trabalho, determinada pela luta de classe e pela exploração capitalista do trabalho; portanto, é uma mobilidade forçada. O indivíduo, nessa análise, é visto como uma mercadoria a serviço do capital. O seu deslocamento, tanto espacial como funcional, é determinado pelas leis gerais da acumulação de capital (ROCHA, 1999, p 161)

Característica essencial da força de trabalho abstrato no moderno sistema produtor de mercadorias : ser móvel, flexível, adaptável às demandas da valorização e acumulação de capital. Implica mobilidade do trabalhador tanto no sentido espacial (migrações) quanto no sentido profissional (mudanças de emprego, de setor, etc) e formativo (desqualificação e requalificação)

A força de trabalho no capitalismo se determina, segundo Marx, por uma dupla liberdade, quais sejam a liberdade de se vender no mercado de trabalho e a liberdade dos meios de produção fundamentais (despossessão). Essa dupla sujeição formal do trabalho ao capital é a razão de sua “mobilidade forçada”, sendo esta a condição fundamental da própria acumulação do capital.

O conceito de mobilidade do trabalho foi construído pelo sociólogo Jean-Paul de Gaudemar(1977) a partir desse pensamento, e esta teoria funda-se na produção e circulação da força do trabalho. Em seu sentido mais amplo a mobilidade do trabalho seria a flexibilidade imposta à mercadoria força de trabalho através do seu uso capitalista.. Este uso é sempre um uso dos corpos, o disciplinamento dos homens para torná-los trabalhadores no sentido pleno do palavra: meras forças do trabalho, simples mão-de-obra. Por isso Gaudemar(1977) fala na produção de corpos dóceis, seguindo Michel Foucault em Vigiar e Punir

Para Gaudemar (1977, p14) a tendência geral é “produzir todo o trabalho, para fazer estender pouco a pouco sobre todas as coisas a esfera do trabalho produtivo”. O conceito de trabalho abstrato implica abstração e reprodução de todas as atividades humanas à produção de mercadorias. O autor aponta assim o movimento histórico de deslocamento do trabalho para as

esferas de valorização do capital e os modos de intensificação e produtivização desta mão de obra (a transição e a composição da mais valia absoluta e mais valia relativa). Nesse movimento os homens tiveram de aprender à força a ser flexíveis, adaptáveis, móveis e indiferentes ao conteúdo concreto de sua atividade.

Ser móvel quer dizer estar apto para os deslocamentos e modificações de seu emprego, no limite, tão indiferente ao conteúdo de seu emprego como o capital o é em relação a onde investe, desde que o lucro extraído seja satisfatório. Pouco importa o emprego, desde que o salário recebido em troca seja satisfatório”(idem, p 190)

A economia política clássica, segundo Gaudemar (1977), sempre pressupôs de forma neutralizada e reificada a mobilidade perfeita da mercadoria força do trabalho, associando-a à manutenção do equilíbrio econômico e ao aumento da produtividade em geral. Ele indica como o Estado usa a mobilidade do trabalho como instrumento de administração e adaptação da mão de obra disponível para os fins da acumulação: incentivando e vedando movimentos migratórios, assegurando a produção da força de trabalho disponível (expropriação e acumulação primitiva) e reproduzindo diretamente as condições de vida do trabalhador, controlando natalidade e mortalidade, regulando jornadas e contratos de trabalho, desenvolvendo formação técnico-profissional adequada ao capital, travando fluxos excessivos para o setor terciário etc. O trabalho tem de estar permanentemente disponível para o uso do capital, desterritorializado, móvel, abstraído das condições objetivas do trabalho, ou meios de produção, É de se observar contudo, como esta tal flexibilidade ou mobilidade do trabalho aparece na superfície social (discurso ideológico) como direito do sujeito trabalhador à livre locomoção, à liberdade de melhores condições de compra e venda de sua força de trabalho.

A essa mobilidade forçada podem contrapor-se estratégias de contra-mobilidade, de auto-mobilidade ou imobilidade coletiva do trabalho: lutas operárias contra as demissões, luta pela auto-gestão ou contra as formas de divisão da técnica capitalista do trabalho, lutas da imigração, lutas urbanas contra despejos, recusa de segregação espacial periférica, etc.

A questão da mobilidade para o urbanismo moderno passa pela idéia de sistema de circulação proposto por Lavoisier no século XVIII que teve como referencia o movimento do

sangue no corpo humano. A generalização dos paradigmas da circulação no século XIX trouxe novo entendimento a cerca dos movimentos dinâmicos de mobilidade no espaço urbano. O pensamento aerista, em especial, pregava a ventilação como fonte de purificação, o que deu surgimento as primeiras recomendações urbanísticas de alargamento de vias, direção, continuidade e mesmo perspectiva (BALBIM, 2004, p 1).

Nesse contexto o urbano estava baseado no pensamento clássico, a partir do qual o traçado viário estava subordinado a determinações arquitetônicas, que por sua vez se subordinavam a praticas religiosas, sociais e culturais. Nem a circulação urbana em suas diversas formas, nem o homem em seu ir e vir eram considerados prioritariamente.

Nas ciências sociais mobilidade permite ligar o tráfego à sociedade que o faz a cada dia mais intenso, relacionando às determinações individuais: vontade ou motivações, esperança, limitações, etc.

Desse modo tem-se claro que mobilidade não se resume em ação pura e simplesmente, sendo certo que a noção de mobilidade supera a idéia de deslocamento ou movimento que se exprime pela mudança de posição geográfica ou social, pois traz para a discussão suas causas e conseqüências. Ou seja, mobilidade em ciências sociais designa formas de movimento de homens e mulheres, bens e idéias, além de suas motivações possibilidades e constrangimentos que influem, tanto na projeção, quanto na realização dos deslocamentos (BALBIM, 2004, p 3).

Os distintos agrupamentos vivem e convivem no espaço urbano, com oportunidades desiguais de apropriação do espaço e de seus benefícios, e sua localização no espaço físico será resultado de lutas, que podem ocorrer de forma individual ou coletiva. Para Bourdieu (1997, p 164) mobilidade é uma forma individual de luta pela apropriação do espaço e um bom indicador dos sucessos ou dos revezes alcançados nessas lutas e, mais amplamente, de toda a trajetória social.

Temos então que a questão da mobilidade assume forma vital para o homem e encontra na questão do mercado de trabalho, sua principal causa mas não a única. A decisão de migrar, quer seja de um único indivíduo, quer seja de uma família ou um grupo é uma decisão difícil,

pois comporta uma variada gama de questões como o sentimento de pertencer a um lugar, as relações que se estabelecem em seu local de origem, como o parentesco, a amizade, a terra natal, a casa e a vida em comunidade.

Por estas razões os movimentos não são aleatórios, há neles motivos precedentes e na maioria das vezes a mobilidade é incentivada por uma ideologia, instigada no indivíduo por meio de uma fantasia irreal. Porém sejam quais forem as razões, este indivíduo, ou família, parte motivado pela esperança, pelo desejo de mudar de vida, de ser melhor, de encontrar um trabalho ou condições que oportunizem melhores condições e qualidade de vida.

É possível considerar que uma das causas da mobilidade resida na pobreza, ou seja as razões são de natureza sócio-econômica. Entende ela que são expectativas de uma vida melhor que fazem com que pessoas se lancem rumo ao novo, realizando deslocamentos físicos se necessário for. O estar desprovido dos meios necessários para garantir a sobrevivência estimula a pessoa a se sujeitar às imposições do capital. Esta qualidade de vida está vinculada ao acesso a serviços e equipamentos urbanos, além da busca pela aquisição da casa própria, pois o que muitas vezes é impossível de se realizar em uma cidade em outra a probabilidade de se realizar pode existir, ir de um lugar para outro é mera contingência.

Nesse sentido, as classes que prioritariamente executam a mobilidade, aquela que o faz de modo mais significativo é também a mais afetada pelas transformações verificadas ao longo do processo histórico do sistema econômico, qual seja o trabalhador. Isto nos remete ao fato de que não é a atração, mas a repulsão o principal fator que leva os trabalhadores a executarem a mobilidade do trabalho.

As cidades nascidas ao longo da rodovia Belém-Brasília, das quais Colinas do Tocantins é exemplo traz desde a sua gênese, as marcas do progresso e da modernidade. Esta afirmativa nos remete a um fato: grandes massas acorreram a estas cidades. Gente que acreditava ser esta a melhor alternativa para suas vidas e também gente sem alternativa, mas que acreditava ser esta a grande chance de suas vidas. Foram se arrumando como puderam ou como deixaram que se

arrumassem. Linhas invisíveis foram sendo traçadas, dividindo espaços, definindo centro e periferia. Palacín (1990:29), ao retratar o norte goiano do início deste século adverte-nos que devemos, contudo, notar que o núcleo urbano, por pequeno que seja, propicia um novo tipo de diferenciação social. “Nestas trezentas casas de terra e palha, na sua maior parte, é traçada uma linha divisória invisível, mas inviolável, entre sociedade e pobreza”. Foi com o intuito de proteger os “guetos do bem estar”, que se formou a barreira em torno dos núcleos, obrigando a maioria dos migrantes pobres a estacionar em periferias. Isso se deu tanto nas metrópoles quanto em centros de médio e pequeno porte.

A este estudo um aspecto importante a ser considerado é a dinâmica espaço temporal da mobilidade física, onde as migrações internas representadas pelo êxodo rural é o exemplo mais expressivo deste fenômeno. Conseqüência de transformações estruturais nos setores econômicos, o êxodo rural reside na transferência de mão de obra do setor rural para o urbano, considerado moderno. Esta “modernidade” incentiva o êxodo na medida em que desperta o sonho e o desejo de que os trabalhadores rurais alcancem melhores condições de trabalho e melhores salários que se alia a necessidade de se completar os estudos dos filhos ou ainda a busca pelo lazer com mais entretenimento.

A realidade, contudo, é diversa. Gaudemar(1977) destaca que este tipo de mobilidade é lucrativo para a economia urbana, ainda que esta mobilidade represente a intensificação dos problemas sociais, o setor econômico é beneficiado, pois o êxodo rural instiga, no indivíduo, não apenas uma mudança espacial de emprego, mas também uma possível mudança de profissão, tornando-o muitas vezes um “proletário industrial”. Cita como exemplo o caso francês, no qual, na década de 70, a mobilidade do trabalhador do campo para a cidade foi incentivada politicamente, para que houvesse motivação da população como forma de valorizar o capital.

O modo de produção capitalista submete este trabalhador a um novo ritmo, impregnado da lógica do lucro, fazendo surgir um novo processo produtivo.

A partir da necessidade de otimizar os meios de produção e, impossibilitado de usufruir do trabalhador por 24 horas, surge uma estruturação do processo produtivo que é o trabalho em equipe, ou seja, as máquinas não param e várias equipes as tocam. Surge assim uma nova forma de mobilidade. O operário deve adaptar-se a uma modificação periódica do lugar do seu tempo de trabalho no decorrer do dia, uma semana pela manhã, outra à tarde ou à noite. Esta forma de mobilidade amplia a sujeição do trabalhador ao capital. Mas pela dimensão antagônica do processo social no sistema capitalista, estabelece-se, como fruto das conquistas dos trabalhadores; em suas lutas políticas, a jornada de trabalho, porém tendo o controle da mais-valia absoluta, o capitalista intensifica o trabalho no tempo dado, aumentando sua intensidade e sua produtividade. O homem trabalha por menos tempo, mas mais rápido e com instrumentos de trabalho mais aperfeiçoados. (ROCHA, 1999, p 160)

A interpretação baseada na associação de dados e conceitos econômicos e sociais explica a estrutura espacial das cidades como sendo pressuposto de processos, relações e fatores de natureza sócio-econômica e não apenas social ou sócio-cultural. Desse modo é necessário levar em conta as bases materiais da produção e distribuição de excedentes econômicos, no regressivo e intrincado caminho histórico que deverá percorrer. Eufrásio (1999, p 209) analisando a teoria das estruturas urbanas proposta por Hoyt, (que se afasta da teoria da ecologia humana²) dá-nos conta de que na consideração do crescimento de uma cidade, o movimento da área de altas rendas é, num certo sentido, o mais importante, porque tende a arrastar consigo o crescimento da cidade inteira.

A princípio, sabemos quando surgiram os bairros Santo Antonio I e II e Santa Rosa I e II. Estes apontamentos teóricos evidenciam o como e o porquê, ou seja, sua gênese e formação. Para Simmel (1979, p 14), em *A metrópole e a vida mental*, estas respostas só podem ser obtidas, mediante uma investigação que penetre na alma do corpo cultural, por assim dizer, deve buscar resolver a equação que estruturas como a metrópole dispõem entre seus conteúdos individual e superindividual da vida e que tal investigação deve responder à pergunta de como a personalidade se acomoda nos ajustamentos às forças externas.

Assim fica claro, que não podemos pensar estes bairros separados da cidade, isto porque dela fazem parte tanto a prosperidade e a riqueza, quanto a segregação e a pobreza. Partiremos então do centro para a periferia como forma de entender a dinâmica das relações geradoras da

² Entende-se ecologia humana como a ciência que procura isolar as forças existentes dentro dos limites da comunidade humana, e descrever as constelações típicas de pessoas instituições produzidas pela operação conjunta das forças que tendem a ocasionar um agrupamento típico e ordenado.

invisibilidade, que demarcam linhas divisórias profundas e muita das vezes intransponíveis. Com isto queremos dizer que nossas observações e análises tem como ponto de partida o homem e suas criações sociais no tempo e no espaço.

A observação dos fluxos de entrada e de saídas dos grupos sociais de e para conjunto de unidades espaciais, mostrou que, assim como os fluxos são predominantemente entre áreas fisicamente próximas, diria mesmo contíguas, também do ponto de vista social predomina a mobilidade de curta distancia: os dados apontam que a ocupação do Santa Rosa II e do Santo Antonio II se deu por meio de movimentos originados nos bairros Santa Rosa I e Santo Antonio II.

Estas áreas marcaram e marcam as paisagens urbanas, com linhas invisíveis e invioláveis, independentemente de serem pequenas, médias ou grandes. Embora a cidade produza uma população altamente diferenciada, ela também exerce uma influência niveladora e aquele que chega vindo na corrente de ocupação espacial necessita se apropriar desse cenário urbano de existência individual.

É praticamente impossível separar a dinâmica urbana da dinâmica regional e nesse sentido Becker (2000, p 652) entende que;

É importante reconhecer as regiões porque elas são meios indispensáveis para explicar os padrões de organização espacial, e para planejar as atividades que visem intervir nesses padrões. Elas são produzidas por processos econômicos, sociais e políticos que operam em escalas intermediárias, entre local, regional, supranacional e global.

Ao analisar Colinas do Tocantins observamos que moradores e lideranças políticas da cidade de Tupiratins, cidade ribeirinha do rio Tocantins, mobilizam-se sob a liderança de José Cirilo de Araújo para logo em seguida a pedra fundamental da então cidade foi lançada em 21 de abril de 1960. Cinco anos após sua fundação as lideranças e moradores que se uniram para fundá-la mudaram-se para a já cidade de Colinas de Goiás.

As idéias quando trazidas à luz das formas concretas põem o carro da história em andamento.

As cidades então, antes mesmo de visivelmente existirem, já existem no campo das abstrações mentais, acessível porém, apenas àqueles capazes de lê-las. Deste modo a cidade se

faz no abstrato, não como um modelo pronto e acabado, mas que traz na latência embrionária sua forma futura, e se expressa no concreto, no campo das realizações. A distância que separa a idéia da realização encontra-se permeada de questões que impossibilitam sua plena concretização; esta lacuna provocada pelo anseio de uma realização plena, constitui-se na utopia das cidades. Problema este, que nos remete a uma questão de ordem geral, alcançando todas as formas de assentamentos humanos, mesmo aqueles considerados espontâneos.

Tudo que existe visivelmente criado pelo homem, foi antes e acima de tudo idéia; pertenceu ao campo das abstrações. O espaço, o interstício entre o feito e o por fazer, comporta uma gama de variadas possibilidades, que são ao mesmo tempo a porção histórica de cada indivíduo e o todo coletivo.

George Simmel (1979:17), reflexionando quanto ao questionamento proposto em *A metrópole e a vida mental* expõe-nos que

as conclusões gerais de toda a sua tarefa de reflexão se tornam óbvias, a saber, que, de cada ponto da superfície da existência - por mais intimamente vinculados que estejam à superfície - pode-se deixar cair um fio de prumo para o interior das profundezas do psiquismo, de tal modo que todas as exterioridades mais banais da vida estão, em última análise, ligadas às decisões últimas concernentes ao significado e estilo de vida..

As individualidades que somadas podem dar idéia de operações matemáticas com resultados matematicamente inequívocos e previsíveis, aqui assumem caráter essencialmente imprevisível. Cada um, cada indivíduo é um universo de posições e oposições que se entrecrocaram na dinâmica da mobilidade que movimenta homens, bens e idéias. Forças externas como governo, regras, conceitos, preconceitos, paradigmas, dogmas, etc, não são meras contingências, crescem mas não finalizam a dialética interna.

As propostas de desenvolvimento a partir do fim do século XIX apontam uma trajetória retilínea, cheia de determinação, que passa pelas cidades. Passa só, sem se importar muito como os efeitos não desejados que causa.

Em *a Metrópole e a Vida Mental*, publicado pela primeira vez em 1902, George Simmel traz algumas pistas do que significa ser um indivíduo cidadão e quais as conseqüências intelectuais que sobre ele exerce a cidade.

O indivíduo se opõe à sociedade na medida em que luta para manter sua individualidade, para distinguir-se, quando a sociedade e o modo de vida das cidades, seus horários rígidos, seus números desumanos, tendem a massificar seus pensamentos e comportamentos. Essa oposição ou conflito entre indivíduo e sociedade diminui se mudarmos de perspectiva e observarmos a liberdade e igualdade maiores que a cidade proporciona quando comparada à vida no campo, ou numa cidade pequena.

Contudo, “quando o homem é realmente ele próprio, possui uma força concentrada suficiente não apenas para a própria autopreservação, mas, por assim dizer, transborda para outros, permitindo a recepção desses outros em si mesmo e a identificação com estes” (SOUZA e OELZE, 2005, p 79)

CAPÍTULO II - A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO EM COLINAS DO TOCANTINS

2.1. A Evolução Urbana de Colinas do Tocantins

De acordo com a regionalização do Brasil realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a área do município de Colinas do Tocantins é de 843,84 km² e densidade demográfica de 33,74 hab/km², situando-se na Meso-região Ocidental do Tocantins, Micro-região de Araguaína.

Seu território está localizado entre os paralelos 7° S e 9° S, limitando-se ao norte com Nova Olinda e Bandeirantes do Tocantins, a leste com Palmeirante e Tupiratins, ao sul com Presidente Kennedy e, a oeste, com Bandeirantes do Tocantins. A sede municipal está localizada nas coordenadas geográficas de – 08° 03’ 33” de latitude sul e 48° 28’ 30” de longitude oeste, a uma altitude de 227m acima do nível do mar, sendo que a distância rodoviária até Palmas, capital do Estado, é de 274 km. O acesso ao Município mais utilizado, a partir da capital Palmas, é feito pela rodovia TO-010 e BR 153.

Sua área de influência alcança um total de 13 municípios constituindo-se em importante pólo regional de serviços, dos quais destaca-se educação, saúde, banco e comércio. Na área da educação, especialmente a superior sua abrangência alcança o sul do Pará, Maranhão e Piauí e norte de Goiás, com oferta de dez cursos superiores de graduação em licenciatura, bacharelado e tecnológico. Na área da saúde a oferta esta estruturada em atendimento de baixa complexidade que atende os munícipes em dez postos de saúde com equipe multidisciplinar que desenvolvem o Programa de Saúde da Família, e média complexidade em Hospital Municipal com urgência e emergência e 104 leitos em Ginecologia- Obstetrícia, Clínica Médica e Cirúrgica, Pediatria e Ortopedia. Na sua região de influencia é o único município a contar com agências bancárias (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco Bradesco), o que contribui para o fortalecimento do comércio varejista.

Tabela 1. Região de Influência de Colinas do Tocantins: População, Área Territorial e Densidade Demográfica, por Município, Região e Estado.

<i>Municípios</i>	<i>População em 2006*</i>	<i>Área (km²)**</i>	<i>Densidade Demográfica (hab/km²)</i>
Arapoema	6.639	1.552,207	4,28
Bandeirantes do Tocantins	2.644	1.672,322	1,58
Bernardo Sayão	4.204	926,884	4,54
Brasilândia do Tocantins	2.083	641,464	3,25
Colinas do Tocantins	28.467	843,840	33,74
Couto Magalhães	3.890	1.585,773	2,45
Itaporã do Tocantins	1.685	918,916	1,83
Juarina	9.101	481,046	18,92
Pau D'Arco	4.687	1.300,970	3,60
Pequizeiro	5.554	1.209,798	4,59
Presidente Kennedy	3.898	770,418	5,06
Tupiratins	1.312	895,302	1,47
Região	74.164	12.798,94	5,79
Tocantins	1.332.443	277.620,914	4,79

Fonte: Dados Básicos do IBGE (Censo 2006)

* IBGE – Estimativa de População 2006

** IBGE - Resolução nº 05 de 10/10/2002 DOU nº 198

Colinas do Tocantins entre os municípios de sua área de influência é o que possui a maior densidade demográfica com 33,74 habitantes por quilômetro quadrado. Isto se deve ao fato de que seu território foi sendo reduzido com o surgimento de outros municípios a partir de seu desmembramento. Isto explica, em parte, o fato de que a população é essencialmente urbana, ou seja, a reduzida área rural favorece os movimentos de deslocamento das áreas rurais para as urbanas. A história de Colinas do Tocantins está relacionada com a construção de Brasília e a abertura da então BR 14, rodovia Belém-Brasília, hoje BR-153. A construção de Brasília, a nova capital do país, foi o mais audacioso conjunto de investimentos públicos realizados até então, sendo o corolário do grande esforço realizador dos “cinquenta anos em cinco” (SILVA, 1997, p 61).

O plano de transferência da capital da república, do Rio de Janeiro para Brasília, estava vinculado ao da construção de rodovias, ligando essa cidade com todas as regiões brasileiras, mas este será, ao menos *a priori*, a alavanca propulsora do progresso. É a hora do setentrão goiano ser cortado pela rodovia Belém-Brasília e nada mais será como antes, e se a isso acrescermos a criação, em 1989, do Estado “da livre iniciativa e da justiça social” chamado

Tocantins, veremos “o, agora norte tocantinense, vivenciar a experiência moderna diferenciadora e dinâmica, com prolíficas cidades que crescem do dia para a noite, com aterradoras conseqüências para o ser humano” (AQUINO, 1996, p 18).

A construção da rodovia teve um papel importante no processo de ocupação e urbanização do então Estado de Goiás, cuja região norte encontrava-se completamente abandonada, com ligações muito precárias com as capitais Goiânia e Belém. Além de quebrar o isolamento da região, a rodovia foi um forte fator de atração de imigrantes, tanto para trabalhar na sua abertura como para buscar novas oportunidades de vida e negócios.

Para se ter idéia do imenso vazio que separava o centro sul e o norte de Goiás até 1950 podia-se andar os 900 km que separam Porto Nacional de Tocantinópolis (antiga Boa Vista) sem se atravessar uma única cerca (PALACIN, 1990, p 31). E a falta de contato dá-nos a idéia do abandono e da penúria da população do norte que Palacín (1990, p 30) soube traduzir tão bem: Na realidade, por comparação com outras situações contemporâneas, o que existia naquele norte remoto não era riqueza e pobreza, mas diversos graus de pobreza. Ou seja, no norte havia muito pouco e sempre em descompasso com o restante da colônia, estado ou país. Palacín (1990, p179). não poupou palavras: o mesmo criminoso esquecimento, que caracteriza o descaso do governo de Goiás pelo norte abandonado, caracteriza o descaso do governo federal pelo estado de Goiás.

No final da década de 50, a área onde hoje está Colinas do Tocantins pertencia a Tupiratins, município localizado a margem esquerda do rio Tocantins, na época um grande canal de comunicação e comércio do antigo Norte Goiano (HALUM, 2008, p 110). Por ocasião do garimpo de diamantes surge, em 1954, o povoado denominado Deserto. Um de seus moradores, Martinho Pereira Rodrigues levantou a idéia de erguer um novo povoado entre as colinas distante alguns quilômetros dali. Com esta idéia em mente procura as lideranças políticas e dissemina a idéia.

É neste cenário que encontramos moradores e lideranças políticas da cidade de Tupiratins, mobilizados em fundar um povoado no local por onde passaria a nova rodovia, para

melhor aproveitar do desenvolvimento que adviria para o norte de Goiás, com amplas possibilidades de planejar uma cidade moderna.

Aproveitando a rodovia Belém-Brasília como sua avenida principal, denominando-a no perímetro urbano Avenida Bernardo Sayão; José Cirilo de Araújo situou a novel cidade entre a margem direita do rio Capivara, seus afluentes Capivarinha e Marajá, ao sul e Gameleira ao norte, traçou, em largas avenidas e grandes praças, o plano urbanístico do que pretendia ele, ser uma grande e moderna cidade.

Em 21 de abril de 1960, quando o país festejava a inauguração de Brasília como a sua nova capital, José Cirilo de Araújo começava a distribuição de lotes urbanos da então Colinas de Goiás, que o povo passou a chamar de “Nova Colina”, já em 1962 era erigida à categoria de vila, para em de janeiro de 1964 tornar-se município de Colinas de Goiás.

Neste ponto faz-se necessário um recorte temporal para identificar, a princípio, as fases e o planejamento de utilização do solo de Colinas do Tocantins. Colinas do Tocantins é produto das intenções de seus idealizadores, que apesar das idéias positivas, perderam-se diante da voracidade do capital que fez avançar a urbanização sobre os espaços disponíveis e não disponíveis, não escolhendo formas para dele se apropriar.

O plano iniciado em 1960, com a fundação de uma cidade planejada em largas avenidas e quadras simétricas, seguiu até a década de 70, quando tem início o segundo período da temporalização da cidade: surgindo os investimentos particulares. Do sonho dos fundadores passa-se ao início do pesadelo. O plano original é abandonado e o poder público perde o controle, que inicialmente tinha, na condução dos rumos da cidade. A partir de 1990 se inicia um novo processo de urbanização, marcado pela contradição entre o planejamento e o descontrole do Estado, ou seja, ainda que a ocupação do solo da cidade seja submetida a uma legislação em pleno vigor, o elevado número de sua população, particularmente, dos estratos sociais mais carentes, forçaram uma ocupação ilegal, a qual o Estado não pode ou não quis controlar, sendo certo que participou ativamente distribuindo “lotes”, sem conta.

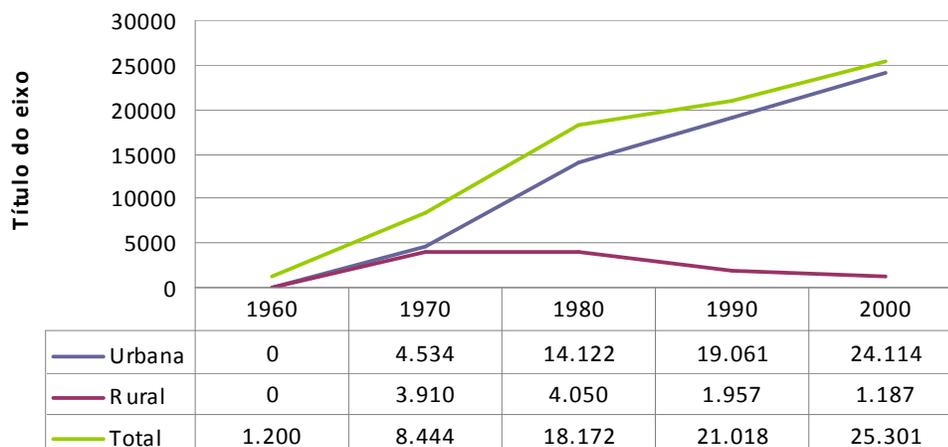


Gráfico 1 – Distribuição da população em décadas de ocupação no município de Colinas do Tocantins, TO.

Altos índices de mobilidade e ocupação do espaço urbano foram acontecendo ao longo do tempo e, década após década, Colinas de Goiás, hoje Colinas do Tocantins, tornou-se eminentemente urbano com o mais alto índice de adensamento urbano do Estado do Tocantins. Está claro que aqueles que vieram para Colinas do Tocantins tiveram as mais diversas origens, porém a mais significativa foi a migração campo cidade ocorrida ao longo de décadas. Em 1970 46,30 % da população estavam situadas na zona rural, hoje são apenas 4,70 %. Ou seja, atualmente 95,30 % da população total do município esta concentrada na cidade.

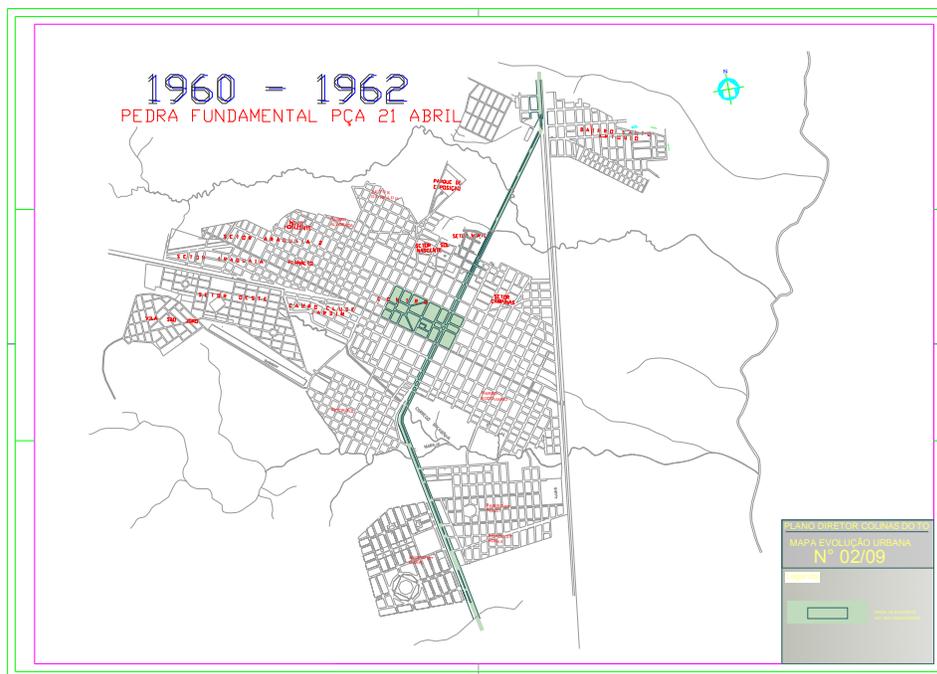


Figura 1 Projeção da área urbana da cidade de Colinas do Tocantins, TO, no ano de 1960, época de sua fundação, com a Pedra Fundamental e Praça 21 de abril.

Fonte: Plano Diretor de Colinas do Tocantins, 2007.

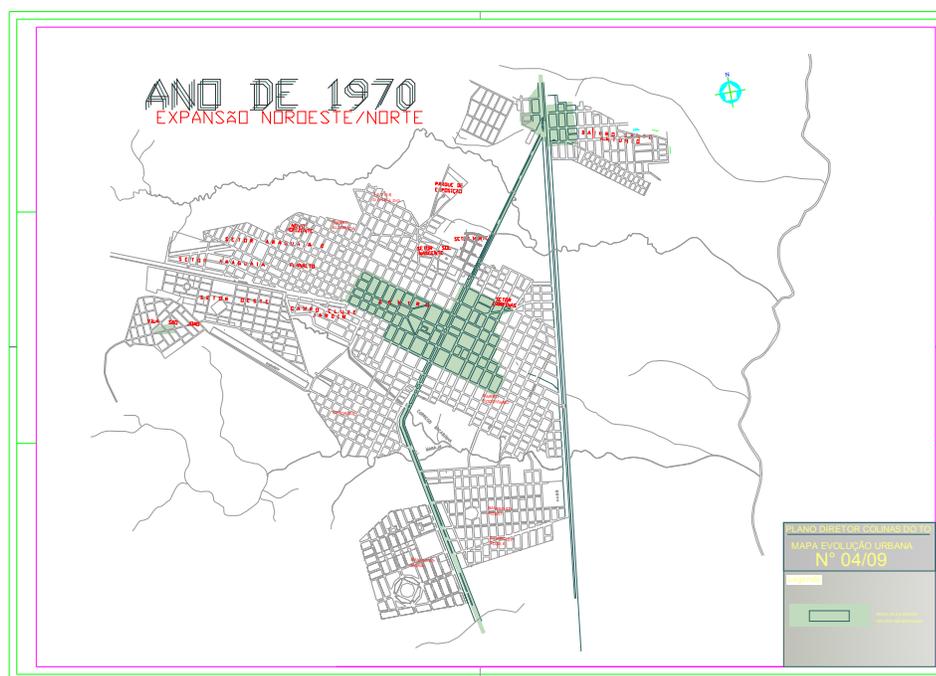


Figura 2 - Início da expansão da área urbana da cidade de Colinas do Tocantins, TO, nos sentidos nordeste e norte, no ano de 1970.

Fonte: Plano Diretor de Colinas do Tocantins, 2007.

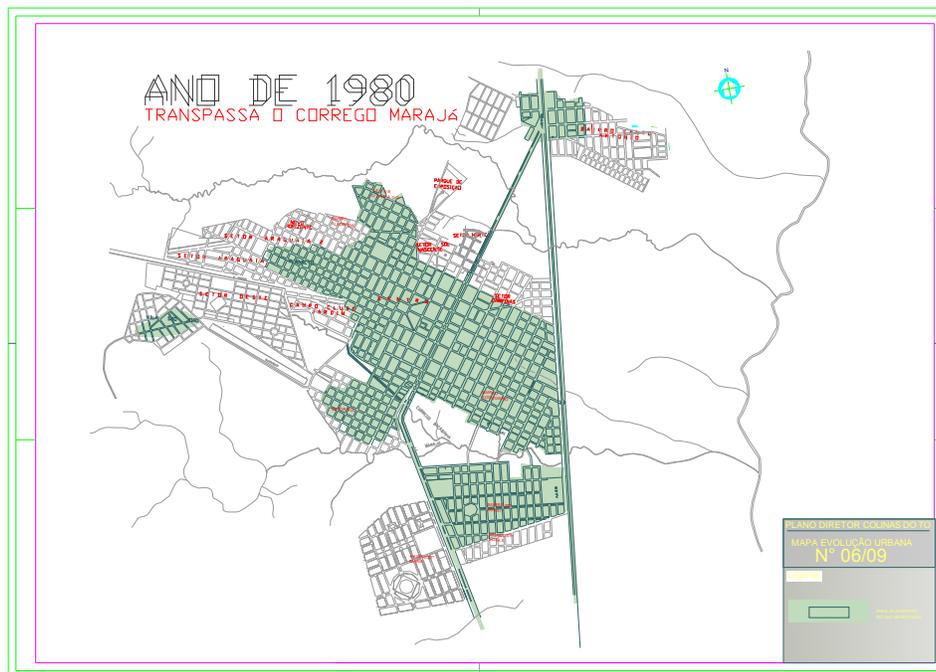


Figura 3 - Expansão da cidade de Colinas do Tocantins, TO, transpondo o Córrego Marajá, no ano de 1980.
Fonte: Plano Diretor de Colinas do Tocantins, 2007.

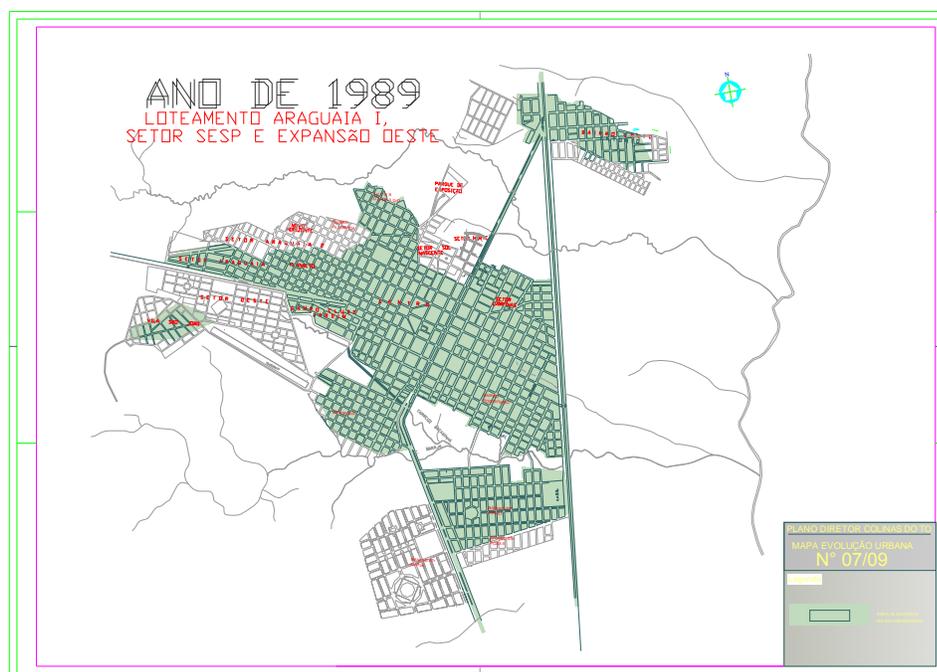


Figura 4 - Ilustração da expansão da cidade de Colinas do Tocantins, TO, no ano de 1989, da instalação do Loteamento Araguaia I.
Fonte: Plano Diretor de Colinas do Tocantins, 2007.

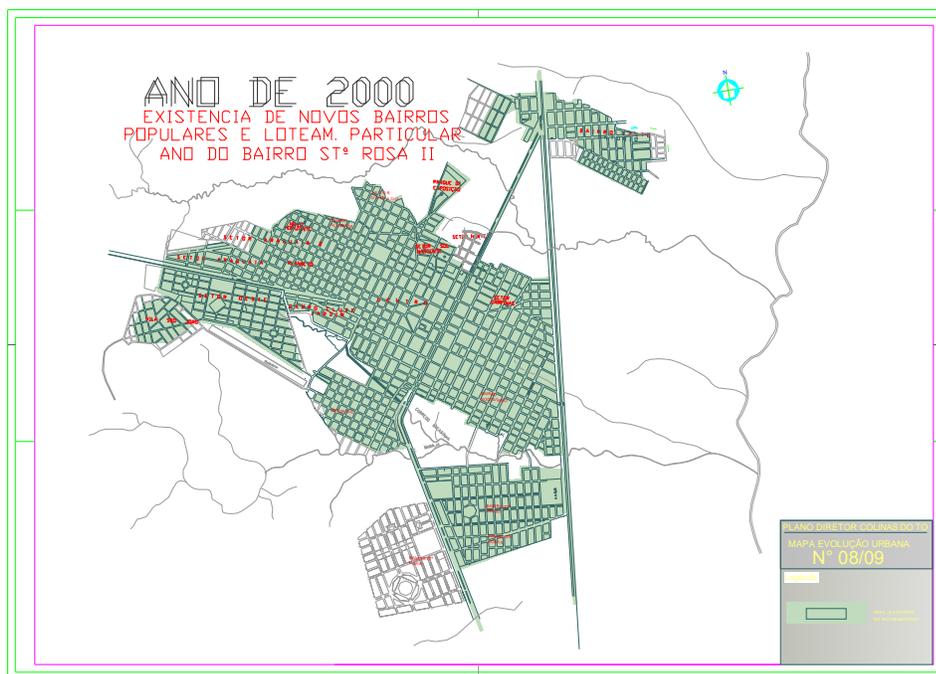


Figura 5 - Avanço do desenvolvimento urbano da cidade de Colinas do Tocantins, TO, no ano de 2000, com a instalação de novos bairros populares e o Loteamento Particular do Bairro Santa Rosa.
 Fonte: Plano Diretor de Colinas do Tocantins, 2007.

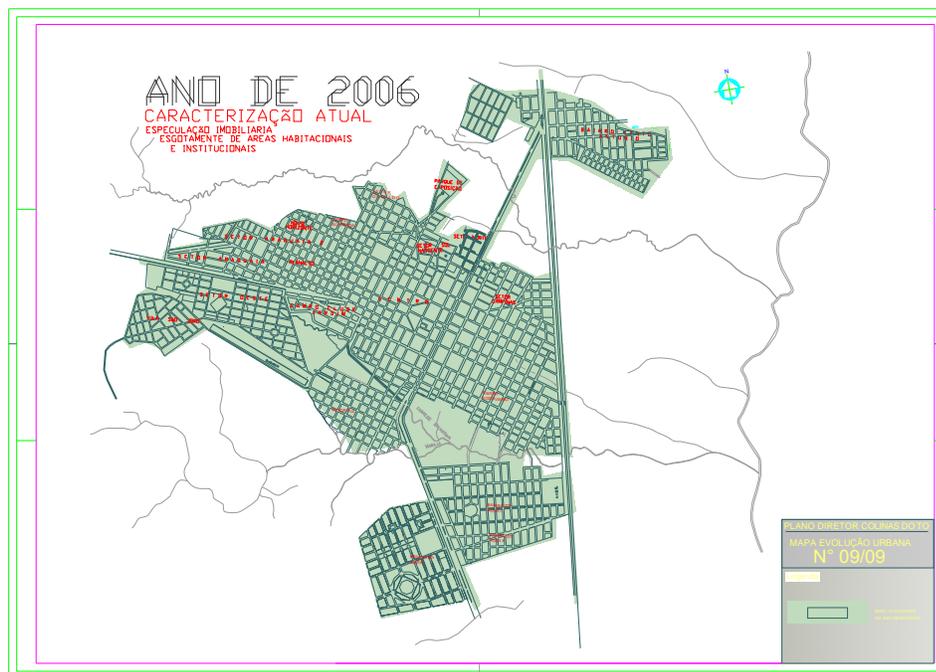


Figura 6 - Caracterização atual da malha urbana da cidade de Colinas do Tocantins, TO, no ano de 2006.
 Fonte: Plano Diretor de Colinas do Tocantins, 2007.

2.2. A ARTICULAÇÃO CENTRO/PERIFERIA

Esta leitura nos fornece a dimensão do ritmo de crescimento da cidade de Colinas do Tocantins para a partir daí entendermos a formação das áreas de segregação, especialmente os bairros Santo Antonio I e II e Santa Rosa I e II. O bairro Santo Antonio, originalmente chamado São Cristóvão, teve seu início ainda na década de 60, sendo que sua referência foi o Posto de gasolina, hoje Posto Mil e um restaurante denominado Cacau, aberto na margem esquerda da rodovia, ao lado do Posto, para atender caminhoneiros que pernoitavam ali. Desta relação com o posto e os serviços prestados aos caminhoneiros, especialmente sexuais envolvendo inclusive crianças e adolescentes, nasceu uma marca difícil de ser aceita pela população: a prostituição.

Percebe-se, numa primeira análise, que a referência para a ocupação foi o Posto com sua oferta de serviços, inclusive a prostituição, e seus clientes e não a cidade de Colinas que distava quatro quilômetros. Ainda hoje a população do bairro em se referindo a Colinas do Tocantins diz: -“Lá em Colinas”, ou “lá no Centro,” e nunca “aqui em Colinas”, sentindo-se pertencer a cidade.

O Plano Diretor da cidade de Colinas do Tocantins, elaborado participativamente com representação dos diversos segmentos da sociedade, em diversas reuniões e audiências públicas, descreve no item 6.4.1, do Capítulo 6: A Ocupação do Território e a Evolução Urbana de Colinas. Contudo o texto não faz referência a origem do bairro Santo Antônio nem de sua evolução. Ao historiografar a evolução urbana de Colinas informa que o censo apontou, em 1960, uma população de 1.200 pessoas e, em 1970, o recenseamento de 8.444 habitantes. Porém, este importante documento não informa detalhadamente a evolução populacional, não sendo possível identificar o percentual de ocupação anual, nem sua evolução no bairro Santo Antônio e nem mesmo se a população residente no bairro distante quatro quilômetros era considerada população de Colinas do Tocantins e desta forma foi recenseada, fazendo parte da população cadastrada.

Os moradores do Santo Antonio II, apontando o seu entorno, informaram que um grupo de pessoas recorrendo à força e ao uso da violência invadiram “estas terras aqui”. “Cada um marcou seu lote e ficou até que veio o prefeito e falou que a gente podia ficar que ele ia resolver. Mas não resolveu não”.

Os moradores têm clareza que seu bairro surgiu em razão do interesse governamental de manutenção de parcela de poder e que a ocupação ocorreu, em parte, como resultante da mobilidade residencial oriunda do Santo Antonio I. Afirmam que os lotes foram distribuídos no período da campanha eleitoral de 2004, pelo então prefeito e, portanto, sem regularidade fundiária. De todos os atuais moradores apenas quatro são originários deste período, os demais venderam seus lotes passando, ao comprador, apenas e tão somente a sessão de direito de posse. Atualmente todos os imóveis deste bairro, permanecem sem regularização fundiária, ou seja, sem escritura e registro.

O poder é algo inerente à natureza humana, tanto como ato ou como potencial. Para Bobbio (2000, p 933) designa a capacidade ou a possibilidade de agir, de produzir efeitos. Ele existe em diversos graus e pode ser exercido por vários meios e agir sobre infindáveis objetos. Este autor nos traz a seguinte classificação para o poder: o poder econômico, poder ideológico e o poder político. O primeiro se sustenta na posse de certos bens. Na posse dos meios de produção reside uma enorme fonte de poder. Já o segundo se baseia na influência que as idéias formuladas e expressas em determinadas circunstâncias por indivíduo (ou grupo- classe) investido de algum tipo de autoridade interfere no comportamento social. O poder qualificado como político refere-se ao poder do homem sobre o homem. Baseia-se na posse de instrumentos mediante os quais se exerce a força física, é o poder coercitivo no sentido mais restrito da palavra.

O elemento diferenciador entre poder econômico e ideológico e o poder político é a ação de recorrência à força³ como arbitro na composição dos conflitos e impasses. Tal uso não é

³ A recorrência à força nos remete ao uso da violência, mas esta última entendida não como um ato isolado, psicologizado pelo descontrole, pela doença, pela patologia, mas como um desencadear de relações que envolvem a cultura, o imaginário, as normas, o processo civilizatório dos grupos e coletividades que compõem o todo social. A relação poder e violência a partir da contribuição de Foucault (1979, 2001) conduzem-nos a perceber que além dos mecanismos de vigilância, reclusão e punição sistematizada pela burguesia e o modo de produção capitalista na

suficiente para a existência do poder político. O que diferencia o poder político é o uso da força em relação à totalidade dos grupos que atuam num determinado contexto social e histórico.

Localizando a política nesse prisma, pode-se perceber que ela não possui fins estabelecidos. Muito menos um fim que os compreenda a todos e que possa ser considerado como verdadeiro. Os fins da Política são tantos quantos forem as metas que um grupo organizado se propõe, de acordo com o tempo e as circunstâncias.

Percebe-se que o grupo que se encontrava naquele momento na administração municipal desenvolveu uma política voltada para o assentamento de populações, forçando a ampliação dos limites da cidade, sem contudo, garantir os mínimos vitais, ou equipamentos sociais considerados essenciais. Entre os bairros e o centro da cidade grandes vazios urbanos permaneceram marcando a paisagem, fazendo os poucos quatro quilômetros que separam o bairro da cidade parecerem quase sem fim, fazendo o longe ser uma lonjura quase infinita, de acesso difícil com ruas esburacadas, escuras e tão abandonadas como os próprios bairros.

Por outro lado, fica claro que o assentamento gradual das populações num determinado espaço impulsiona transformações profundas na forma de organização e distribuição do poder político. No caso em análise sobram evidências de que os beneficiários da distribuição de lotes guardam vínculo de gratidão em razão do “lote”, da possibilidade de ter algo de seu, de uma casa

sociedade moderna, ao redor da submissão do corpo (escolas, prisões, hospitais, lugares de trabalho), ela se faz presente também na definição e controle dos indivíduos no tempo social, por meio dos ordenamentos morais e mais sofisticadamente pelos ordenamentos jurídicos. A força torna-se um árbitro tanto físico como discursivo. A presença de um discurso que enuncia a força (pela coercitividade e punição) dirige o acontecer social pelos planos jurídico-normativos, comunicacionais, sanitários, educacionais etc. A noção de poder não é exclusiva ao governamental, mas contém uma multiplicidade de poderes que se exercem na esfera social, as quais podem ser definidas como poder social. Essa duplicidade do conceito de força encontra-se nas subdivisões do poder, ou seja, nos sub poderes microscópicos na sociedade – que não é o poder político, nem os aparelhos do Estado e nem uma classe privilegiada, mas é o conjunto de pequenos poderes e instituições situadas em níveis mais baixos. Uma “microfísica do poder” se faz presente como um fenômeno que se estabelece por contrato-opressão de tipo jurídico, fundamentado na legitimidade ou ilegitimidade do poder; e pela dominação-repressão presente na relação luta-submissão. O poder é construído e funciona a partir de outros poderes, dos efeitos destes, independentes do processo econômico. As relações de poder encontram-se ligadas estreitamente com as relações familiares, sexuais, produtivas; intimamente entrelaçadas e desempenhando um papel de condicionante e condicionado. O uso da força faz-se presente na relação contrato-opressão, da mesma maneira que na outra relação, dominação-repressão. A força é um dos dispositivos disciplinares que faz parte do conjunto das sanções normalizadores. Cada sistema disciplinar possui um mecanismo penal, sendo que a disciplina já possui os elementos força-punição. O castigo é corretivo e redutor de desvios. A força auxilia ao poder da norma em sua constituição discursiva, pois não se necessita mais a codificação dos comportamentos, e sim a normalização das condutas. Nesse sentido, na composição dos conflitos e impasses, a força exerce uma função discursiva de arbitragem e mediação, ou seja, cumprir o normatizado, e nisso o poder político possui o poder de proferir legalmente o que deve e o que não deve ser realizado.

que existe apenas no imaginário. E uma vez que ganharam o lote do prefeito ficam esperando que ele, sendo prefeito e permanecendo como tal, lhes de o tudo mais: água, energia, coleta de lixo, moradia digna, emprego, salário que nunca chega porque permanecem invisíveis até a eleição seguinte.

Os mecanismos de reprodução desta realidade encontram sua explicação nas relações de poder, relações essas de domínio e subordinação que não podem ser explicadas por um simples reconhecimento. Há que considerar que essa ordem de coisas sobrevive pela mediação entre agentes e dominados, com o objetivo de formar o consenso social, para formar a opinião única, valores que se tornam oficiais. Pierre Bourdieu (2002) expôs com clareza cristalina no capítulo I da sua obra “O Poder Simbólico”:

“O poder simbólico como poder de construir o dado pelo enunciado, de fazer crer e fazer ver, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, desse modo, a ação sobre o mundo: poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer ignorado como arbítrio.(BOURDIEU: 2002, p. 14)

Para Bourdieu poder simbólico é o poder de construir uma realidade, poder de dar sentido ao mundo, formando opiniões e pensamentos, tendo como ato intencional consolidar-se sobre as questões sociais e culturais, as prevalências da dominação econômica. Desse modo, o poder simbólico constrói a crença da realidade, criando uma nova visão de mundo, porém se articula por meio de estratégias de dominação organizadas e esquematizadas, tornando desnecessário o uso da força, da violência ao corpo. Esse poder se articula e se desenvolve de maneira sutil, manifestando-se simbolicamente.

2.3. ALTERAÇÕES AMBIENTAIS

O espaço urbano tem sua forma marcada pelo espaço natural. Ocorre, entretanto, neste espaço, uma série de adaptações resultantes da ação do homem. Contudo, o espaço físico-territorial é um dos fatores determinantes da expansão urbana, principalmente por delimitar a área de ocupação e ação dos demais agentes formadores do espaço. O formato geral da cidade é, sobretudo, desenhado pelo contorno dos rios, córregos, colinas, curvas de terreno, sendo estas características que determinam áreas mais verdes, densas, vazias, contornos e desenhos de caminhos. A cidade de Colinas do Tocantins teve como marcos iniciais os córregos Capivara e seu afluente Capivarinha, Marajá e Gameleira e seu nome se deve a elevações que os idealizadores da cidade chamaram de colinas.

Cada grupo social, conforme o domínio das técnicas necessárias para sua manutenção, promove alterações mais ou menos significativas, resultando daí que a relação entre população e meio ambiente é extremamente complexa e precisa ser examinada em seus planos e níveis, mesmo porque em todos os níveis da questão ambiental existem interesses conflitantes e, portanto, um custo ou uma fatura a ser paga. Entretanto, a urbanização em maior ou menor grau provoca alterações no ambiente, alterações essas que acontecem no micro clima e atmosfera das cidades, no ciclo hidrológico, no relevo, na vegetação e na fauna, e da interação desses fatores.

O meio urbano não é auto-sustentável, necessariamente, consome uma grande quantidade de recursos naturais provenientes de outros sistemas, como os naturais, os seminaturais e os agrários. Ao contrário dos ecossistemas naturais onde a principal fonte de energia é a luz solar, nos ecossistemas urbanos a principal fonte de energia é o petróleo, consumido como combustível, eletricidade, etc., daí a natureza peculiar insustentável do ambiente urbano. Desse modo o homem vai ocupando os espaços, segue alterando o ambiente, tornando-os urbanizados sem produção primária e carente de outras fontes de energia, e continua consumindo os recursos naturais muitas vezes até o seu completo esgotamento. Esses desequilíbrios ambientais independem do tamanho territorial das cidades e são agravados nas áreas periféricas e bordas,

onde, naturalmente, áreas de segregação social se estabelecem como pode ser observado nos bairros Santo Antônio I e II e Santa Rosa I e II, em Colinas do Tocantins (Figura 7).



Figura 7. Alterações na paisagem urbana nos bairros Santo Antônio I e II e Santa Rosa I e II, na cidade de Colinas do Tocantins, TO. Imagem de satélite @2008MapLink, TeleAtlas, Imagem@2008DigitalGlobe, Disponível em Google Earth.

Das atividades humanas, sobretudo nas elevadas concentrações populacionais, resultam alterações visíveis e perceptíveis aos sentidos como a vegetação natural que é quase totalmente dizimada e substituída por plantas exóticas, muitas vezes com pequena função ecológica. A fauna original é totalmente dizimada, em função da destruição de seu habitat natural. Algumas espécies de animais se sobressaem na cidade, devido às condições favoráveis que encontram para seu aumento populacional e ausência de seus predadores naturais, provocando um desequilíbrio inigualável nas cadeias alimentares: pombos, baratas e ratos, por exemplo, proliferam e, são eles, vetores de doenças.

Os rejeitos da utilização de bens e produtos são outra grande fonte de poluição para o ecossistema urbano, em áreas do seu entorno e até mesmo mais distantes, alcançadas por águas

poluídas ou assoreadas, fumaça, chuvas ácidas, etc. A poluição atmosférica por gases e partículas, a contaminação das águas pelos esgotos, o lixo e entulhos gerados são exemplos que não se esgotam. Cabem ao poder municipal, ações que minimizem esses impactos, especialmente em trabalhos de saneamento urbano e coleta regular do lixo, o que não ocorre muitas vezes nos municípios menores, como em Colinas do Tocantins, onde a irregularidade da coleta resulta no acúmulo de lixo nas ruas (Figura 2) dos bairros Santo Antonio II e Santa Rosa I e II.



Figura 8 -. Lixo acumulado nas ruas dos bairros Santa Rosa (a), Santo Antônio(b), na cidade de Colinas do Tocantins, TO.

Procurando compreender a manutenção e a ruptura do equilíbrio entre o homem e a natureza, Max Sorre, na década de trinta do século passado, aperfeiçoou concepções relacionando conhecimentos de ciências afins como a biologia, sociologia e a medicina, o que representou um avanço significativo, sobretudo ao formular o conceito de *habitat*, apresentando a inter-relação existente entre o homem, o agente biológico, seus vetores e o ambiente. O viver em sociedade apresenta então, uma gama de relações e inter-relações com o ambiente que não pode ser desprezado, posto que além de agente o homem é também vítima desse processo.

A globalização dos fluxos e das relações econômicas resultantes do desenvolvimento do capitalismo tornou a realidade muito mais complexa, fazendo com que o planejamento territorial passasse a ser considerado como um instrumento privilegiado para a organização do espaço, tal como o planejamento econômico o é para a intervenção do Estado. É nesse contexto que emerge a discussão das questões ambientais, com uma expressiva quantidade de opiniões que em boa

parte não conseguem ser unânimes ou sequer ter o consenso da maioria. A dificuldade na formação das estratégias políticas para o planejamento territorial e ambiental, está na complexa estruturação de um projeto que acarretasse o desenvolvimento econômico almejado pelos países em desenvolvimento, como o Brasil, gerando o mínimo de impacto ambiental.

“Mas o crescimento não é um objetivo *per se*, como se tem pensado há décadas, internalizando livremente seus custos sociais e ambientais e ampliando a desigualdade econômica e social entre as nações e dentro delas. O crescimento pela desigualdade baseado em uma economia de mercado sem controles, pode somente aprofundar a cisão entre Norte e Sul e dualidade interna de cada sociedade. A rigor, sua tendência é exacerbar o círculo vicioso da pobreza e da degradação ambiental.” (SACHS, 1993, p 19)

Em que pese estas observações é preciso considerar que a Constituição Brasileira de 1988 trouxe em seu arcabouço o direito ao meio ambiente sadio e ecologicamente equilibrado, expresso no artigo 225 nos seguintes termos: “Todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial a sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

A Constituição, além do já estabelecido no art. 225 prescreve normas obrigatórias de atuação da administração pública e dos particulares no que tange a exigência dos estudos ambientais para atividades potencialmente causadoras de significativo dano, ou seja, para que a população seja assentada é necessário atender os requisitos legais quanto ao dano, à degradação e a compensação ambiental.

Em Colinas do Tocantins, não há que falar em planejamento territorial a partir da década de 90. A população foi sendo assentada sem se atentar para aspectos legais ou ambientais. Exceto no bairro Santo Antônio I, nos demais bairros “lotes” foram sendo doados e a população, logo em seguida, foi abandonada, as pessoas foram largadas lá para que se ajeitassem como pudessem. Assim foi inevitável o aprofundamento da dualidade interna exacerbando o círculo vicioso da pobreza e da degradação ambiental, expressa por Sachs (1993, p 19).



Figura 9. Aspectos das residências existentes no bairro Santa Rosa I (a) e II (b), cidade de Colinas do Tocantins, TO.



Figura 10. Aspectos das residências existentes no bairro Santo Antônio I (a) e II (b), cidade de Colinas do Tocantins, TO.

A palavra de ordem contra alterações ambientais degradantes passa a ser desenvolvimento sustentável. Para Sachs (2002, p 85) a obtenção do desenvolvimento sustentável, requer o alcance de oito critérios: 1- sustentabilidade social, ou seja, deve se ter como meta alcançar um patamar razoável de homogeneidade social, promover uma distribuição equitativa de renda justa, igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais; 2 - já sustentabilidade cultural se baseia na mudança no interior da continuidade, respeito à tradição e inovação; 3 - a sustentabilidade ecológica estabelece pela necessidade da preservação do potencial do capital natureza na sua produção de recursos renováveis e no limitar do uso dos recursos não-renováveis; 4 - a sustentabilidade ambiental se faz com a conscientização da capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais; 5 - a sustentabilidade territorial que se insere nas feições pertinentes as configurações urbanas e rurais, a melhoria do ambiente urbano e

a superação das disparidades inter-regionais; 6 - a sustentabilidade econômica traça um desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado, segurança alimentar, com capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção, razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica; 7 - a sustentabilidade política nacional determina a importância da democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos, a capacidade do Estado em desenvolver projetos nacionais em parceria com todos os empreendedores e um nível de coesão social razoável; 8 - e por último a sustentabilidade política internacional que estabelece a eficácia do sistema de prevenção de guerras da ONU na garantia da paz e na promoção da cooperação internacional, bem como um controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios.

Pelizzoli (1999) demonstra a necessidade de ruptura do paradigma vigente no que cinge as questões ambientais, e o desabrochar de um novo caminho e novas posturas.

“Os sintomas, mais claros e evidentes, concretos e perigosos de todo um processo, de um paradigma ou grande orientação que rege a civilização hoje, e que sustém os rumos possíveis das sociedades; de um ethos, enfim, de uma racionalidade – pois não se trata de relegar os males ao registro da irracionalidade ou desvio do projeto estabelecido – que se mostrou altamente problemática, e que demanda o nascimento de uma nova e resgatada forma de compreensão e interação com a vida.”(idem: 1999, p. 99-100)

Nesse sentido, Capra (2003, p 19) estabelece que um dos maiores desafios do novo século é construir e manter comunidades sustentáveis. “À medida que nosso novo século se desdobra, a sobrevivência da Humanidade dependerá de nossa alfabetização ecológica: nossa capacidade de compreender os princípios básicos da ecologia e viver de acordo com eles.” (Idem, 2003, p 33)

CAPÍTULO 3 - O VISÍVEL E O INVISÍVEL EM COLINAS DO TOCANTINS

3.1. NÓS E ELES: A VIDA NO ESPAÇO INVISÍVEL

O trabalho científico para ter respaldo quanto aos dados obtidos precisa ser norteado por um método, sendo esse o caminho percorrido a fim de alcançar os objetivos traçados no início da pesquisa. Ao estabelecer uma metodologia para o desenvolvimento de uma pesquisa necessário se faz criar uma relação racional entre os materiais ou os dados de que se dispõe e as abordagens a serem efetivadas e o objetivo perseguido. Ou seja, considerando os materiais ou os objetos que nos propomos como meio de abordagens para atingir tais objetivos é necessário determinar ações. Frente a isso, realizamos um estudo exploratório dialético, que se norteou, tanto no eixo analítico-documental, como no eixo da realidade empírica da comunidade Colinense,

O texto a seguir estrutura-se em duas partes. A primeira parte apresenta o Bairro Santa Rosa I e Santa Rosa II, sua dinâmica de ocupação, os moradores e sua vida a partir do olhar de seus moradores; a segunda parte apresenta o Bairro Santo Antonio I e Santo Antonio II com suas peculiaridades, sempre a partir do olhar de quem está lá. Em ambas as partes são apresentados os resultados da pesquisa realizada nos locais, especialmente a visão do atual morador das vantagens e desvantagens em suas condições de vida.

Os moradores dessas áreas insitados pela pergunta de como a cidade vê o bairro em que residem, olham para seu bairro, seu lugar. O seu olhar vagueia rapidamente pela paisagem à sua frente, sua visão marca na retina a concretude das formas ali existentes, para em seguida lançarem seu olhar por sobre a cidade como se buscando um retrato na memória. Longos minutos antecedem sua resposta que traz as marcas de condicionantes importantes, que por sua vez, evidenciam que sua localização, em relação ao conjunto da cidade, está condicionada negativamente, pelas representações de marginalização, precarização da vida, violência, pobreza, falta de serviços públicos e desvalorização do trabalhador; positivamente, está condicionada pelas representações de dignidade, respeito, vizinhança, valorização dos recursos locais e reivindicações. Exatamente por se tratarem de áreas de segregação onde se confundem a concentração de pobreza, de desempregados ou sub-empregados, de salários miseráveis, a ausência de serviços públicos, a precarização das moradias e a periferização em relação ao conjunto da cidade, os olhares e a leitura do que vêem possuem uma unidade. Em consequência, a imagem da cidade emerge a uma distância, ora próxima, ora infinitamente distante, formando

uma lógica dialética de percepções geográficas e sociais, e suas relações com o conjunto têm sempre um fundo de desconfiança ou descrédito.

Esta trajetória de análise mostra que, nos bairros pesquisados, criam-se mecanismos de segregação territorial, reproduzindo as estratégias de idealização da urbanidade e de vinculação do sujeito à urbe – ou a uma parte dela – através da ocupação exercida pelo mesmo. Se tal ocupação permite um exercício de visualização da cidade, esta visualização mostra-se fragmentada e desfocada. Esses sujeitos perdem progressivamente aquela capacidade de visualização e de criação de estratégias de apropriação da cidade, que garante a liberdade de escolha. Porém, mesmo submersos em “espaços invisíveis” do modelo urbano hegemônico, esses sujeitos procuram produzir outras estratégias de superação da segregação, no próprio cotidiano. Na visão difusa de cidade que esses sujeitos explicitam, evidencia-se a concepção de Ítalo Calvino, de que "uma cidade pode ser aquilo que dela se vê ou se entende" (*apud* AMARAL, 1992).

Essas diferentes visões permitem o entendimento de que as apropriações que os sujeitos segregados

“...fazem da produção da cidade, desde sua localização em áreas de exclusão, variam de acordo com a compreensão elaborada pelos mesmos acerca dos movimentos contraditórios em que estão inseridos. Em geral, os sujeitos moradores dessas áreas explicitaram uma *valorização das relações de vizinhança*, justificadas pela *solidariedade* vicinal (tradicional, ou mecânica, marcada pelas relações de necessidade) e a *proximidade que identifica os sujeitos* em condições semelhantes (...) mas que não exclui o reconhecimento de conflitos entre os sujeitos. Entretanto, essa valorização parece variar inversamente à desvalorização (...) que os sujeitos sentem ou reproduzem, quando *reconhecem a distância* marcada entre eles e o conjunto da cidade. (grifo do autor) (Lopes, artigo Scielo, p. 64 de 150)

3.2. O LUGAR DA FOME

- Como a cidade vê o lugar onde você mora?
- Com preconceito, porque aqui é o lugar da fome. Fome de todo jeito, dona.
(trecho de entrevista realizada no Bairro Santa Rosa I)

A área urbana do município de Colinas do Tocantins, foi parcelada pelo poder público na fundação da cidade e nas primeiras expansões, quando, então, a cidade passou a expandir-se através dos loteamentos particulares. As décadas de 70, 80 e 90 foram marcadas pelo surgimento de loteamentos particulares sendo que no início da década de 80, Odir Rocha apresenta projeto de loteamento de sua chácara, que sendo aprovado pela Municipalidade foi implantado o bairro Santa Rosa. Os lotes começam a ser vendidos lentamente especialmente pela distancia que parecia de uma lonjura sem fim, e ainda porque o loteamento fazia confrontação com o cemitério local. A relação do mundo dos vivos com o mundo dos mortos sempre foi marcada por temores, superstições e crendices e, em Colinas do Tocantins, não é diferente. Uma das entrevistadas que reside em frente ao muro dos fundos do Cemitério, afirmou sem rodeios: “A gente ganhou o terreno. Fazer o que? Só vim pra cá porque não tinha outro jeito” (sic).

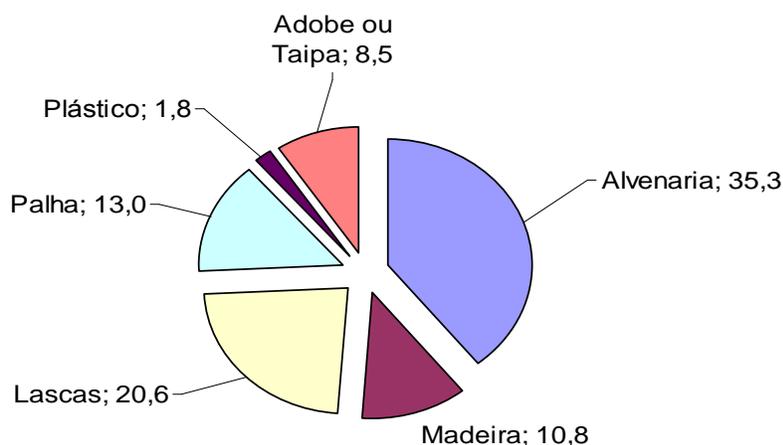
O loteamento Santa Rosa, conforme registro no Cartório de Registro de Imóveis de Colinas do Tocantins e assento no Setor Imobiliário da Prefeitura Municipal, é composto de 1029 lotes, dos quais 113 comerciais, 895 residenciais, confrontando ao sul com uma gleba de área rural pertencente a Sra. Rodevi Roderiques Rocha, e 21 chácaras situadas nas bordas fazendo confrontação ao norte com as margens do Córrego Marajá. Desse total de imóveis 747 foram invadidos, ou seja 73% dos lotes foram ocupados irregularmente.

A ocupação regular, por meio da compra e venda dos terrenos, teve início pelas bordas com a venda das chácaras. Lentamente os lotes residenciais foram sendo vendidos e pouquíssimas casas foram construídas até que, a partir de 1990, começam a ser invadidos. Os lotes remanescentes perdem valor comercial e a partir de 1996 o poder público passa a distribuí-los a famílias de baixa renda, fazendo-o até o ano 2000, quando ocorre o esgotamento das áreas disponíveis. Inicialmente os lotes eram distribuídos pessoalmente, para em seguida ser realizada

por meio do Departamento Imobiliário da Prefeitura de Colinas do Tocantins que, em alguns casos, como garantia da posse, entregava ao ocupante um “protocolo” – papel, equivalente a meia folha tamanho A-4, sem timbre da prefeitura, com os dados relativos ao imóvel como quadra, número do lote, dimensões e confrontações, data e assinatura do responsável pelo setor; noutros casos a pessoa passava a ocupar o lote mediante uma autorização verbal.

Dados disponibilizados pelo Centro Espírita Euripedes Barsanulfo / Casa de Euripedes, entidade religiosa e sem fins lucrativos, localizado no centro da cidade de Colinas do Tocantins, que realizou levantamento das condições sócio econômicas nas áreas de vulnerabilidade de Colinas do Tocantins, no período de outubro/96 a março/97 e posteriormente em 2003/2004, evidenciam que o assentamento de famílias de baixa renda de forma irregular por parte do poder público ocorreu em diversas áreas urbanas, no período de 1997 a 2004 e que pela razão mesma de ser irregular não foi acompanhado dos equipamentos, bens e serviços públicos essenciais. Os dados coletados apontam para uma situação de abandono, quase indigência.

Cem por cento dos domicílios do bairro Santa Rosa I foram visitados quando da coleta de dados realizada pelo Ceeb/Ceu no início de 1997 e os dados coletados informam que a população total era de 959 pessoas e existiam 224 domicílios dos quais apenas 79 eram de alvenaria e destes apenas 12 eram ligados a rede elétrica, não havia serviço de abastecimento de água, nem rede de esgoto, nem coleta de lixo.



$n = 224$

Gráfico 2. Distribuição de frequência (%), do tipo de material empregado na construção dos domicílios existentes no bairro Santa Rosa, cidade de Colinas do Tocantins, TO, no ano de 1997.

Fonte: Levantamento Sócio Econômico, Ceeb, 1997

Da leitura do Gráfico 2, temos que 64,74% das residências não ofereciam condições adequadas de moradia, nisto considerando que as residências construídas em alvenaria apresentavam melhores condições de habitabilidade. As construções eram precárias porque as pessoas não tinham certeza de que permaneceriam no lugar. Arrumaram-se como puderam e passaram a esperar pelos serviços públicos e pela regularização fundiária que somente poderia acontecer via agente público.

Em meados do ano 2000, durante o período eleitoral, ocorreu nova invasão. Invasores, muitos deles moradores do bairro Santa Rosa, ocuparam parte da área rural que confrontava com o loteamento ao sul e marcaram seus lotes. O poder público municipal interveio, no papel de mediador, conseguiu junto à proprietária Sra. Rodevi R. Rocha, a doação da área para o município que se comprometeu em realizar a regularização fundiária. Ruas foram abertas, lotes demarcados e mais uma vez o poder público municipal passou a distribuir lotes a famílias de baixa renda que, por sua vez, foram se arrumando como puderam. A regularização fundiária, contudo, não aconteceu conforme prometido, nem os benefícios como energia e água.

Percebe-se que a cidade vai avançando e se construindo, em que pese a relação de poder e dominação estatal, onde o Estado reflete os interesses da classe dominante: onde está o capital, lá deve estar a mão de obra barata. A mão-de-obra é barata e resulta do baixo índice de escolaridade, que por sua vez, se reflete diretamente na qualidade de vida.

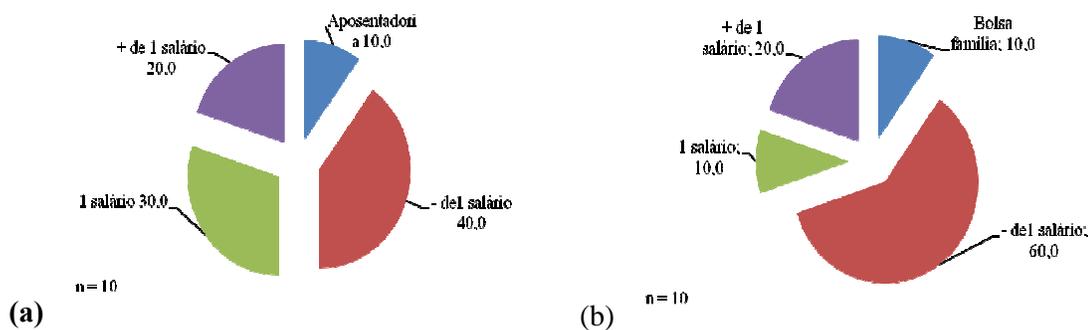


Gráfico 3. Distribuição de freqüência (%) da renda familiar nos bairros Santa Rosa I (a) e II (b), na cidade de Colinas do Tocantins, TO, em 2008.

Um dado relevante trazido à luz pelos depoimentos dos entrevistados, especialmente mulheres, é o que elas chamam de “discriminação”. Ao procurarem emprego “no centro” omitem, tanto quanto possível, o fato de morarem no bairro Santa Rosa I ou II. Afirmam que quando informam no início da entrevista, que moram no bairro, logo são dispensadas porque as pessoas do “centro” tem medo que sejam “malandros” ou “malas” – gíria utilizada para designar pessoa de má conduta. Isso fica claro quando lhes é perguntado como a cidade vê o lugar que moram, conforme se vê no Gráfico 4. Frequentemente o bairro e as pessoas que ali moram são associados ao furto e ao roubo sendo mesmo conhecido como “espanha – o que encontram eles panha (sic)”

A ocupação do Santa Rosa I se deu, como já afirmado, a partir dos anos 90 até o esgotamento dos lotes disponíveis em 1999/2000 e a ocupação do Santa Rosa II a partir de 2000, sendo que 40% dos moradores do Santa Rosa II são originários do Santa Rosa I. Desse total, cem por cento afirmaram que foram para o Santa Rosa II, sem água, energia, coleta de lixo e longe, muito longe, porque não tinham nada a perder, só a ganhar.; mesmo que este ganhar signifique somente um lote e não necessariamente onde morar. Todos necessitavam mesmo era de moradia

pois moravam com parentes ou em casa cedida por estes, quando não em casa alugada cujo aluguel estava sempre em atraso, especialmente quando se considera a renda familiar abaixo de um salário mínimo (R\$ 465,00). Percebe-se então que os mais pobres dentre os pobres, migraram para um lugar mais longe e isolado reproduzindo a invisibilidade como produto social.

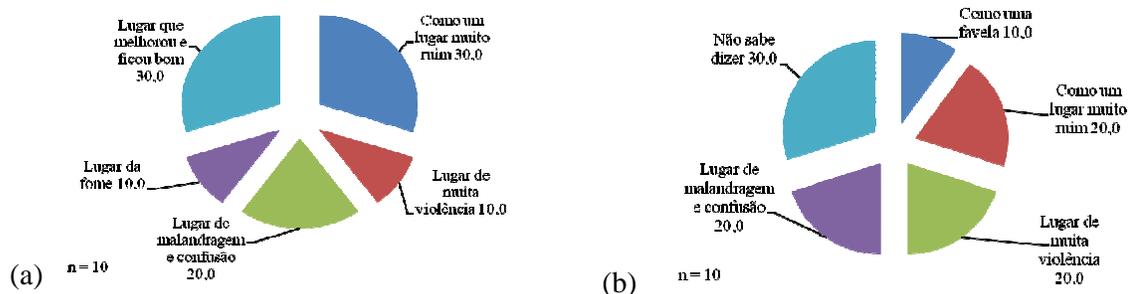


Gráfico 4 – Descritivo como, na opinião do entrevistado, Colinas do Tocantins, TO, vê o bairro Santa Rosa I (a) e II (b), na cidade de Colinas do Tocantins, TO.

É paradoxal para os moradores o olhar da cidade sobre seu bairro pois ele, o morador, a moradora, quando olha para seu bairro vê coisas completamente diferentes, considerando-o como um bom lugar para morar. A maioria dos moradores do bairro Santa Rosa II, afirma gostar por diversas razões, como se pode ver no Gráfico 5, e em muitos casos não quer mudar nem mesmo quando lhe é oferecido um imóvel em outro lugar. Este é o olhar e o sentir dos moradores locais, outro é o daqueles que estão situados noutra espaço. Indiferentemente a mobilidade que vai levando para longe os pobres mais pobres, o lugar de origem continua com suas marcas sociais. A cidade permanece indiferente às mudanças qualitativas e quantitativas porque não vê o lugar, as pessoas e tudo que tem ali, guardando apenas impressões trazidas por informações confirmadas ou desmentidas pela realidade objetiva, pelo fato de não terem ido ou visto aquele lugar, mesmo que morando no mesmo espaço geográfico. Estes espaços urbanos existem, mas não são apreendidos pelos sentidos, não são vistos.

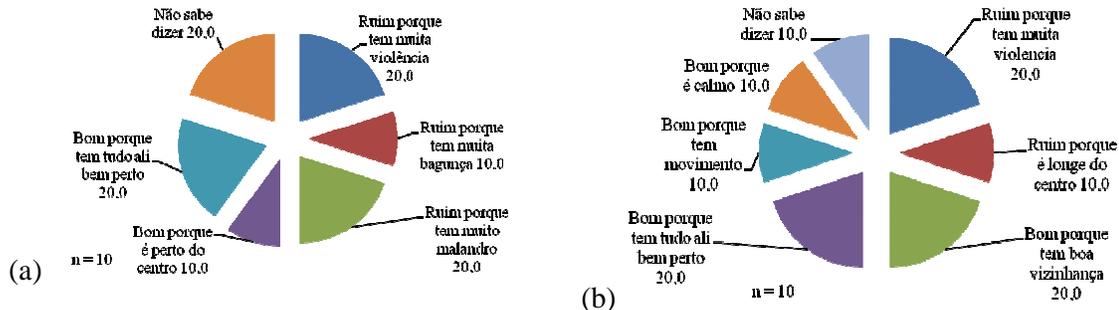


Gráfico 5 – Descritivo de como o entrevistado vê seu bairro Santa Rosa I (a) e II (b), na cidade de Colinas do Tocantins, TO.

São diversos os olhares dos moradores do Bairro Santa Rosa I sobre por seu bairro, de forma que 60 % não gostam do bairro, sendo que 20% não sabem nem mesmo dizer onde gostariam de morar, diferentemente dos moradores do bairro Santa Rosa II que em sua maioria, 70% consideram o bairro bom. Algumas considerações são importantes na análise destes dados. Estas ocupações aconteceram em tempos distintos sendo que o tempo médio de moradia permanente do Santa Rosa I é de dez anos, enquanto que no Santa Rosa II, a média é de apenas 6,7 anos. Os que estão no lugar a mais tempo, aguardam pela atenção pública e suas políticas que chegam lentamente e em algumas partes apenas, deixando o sentimento de abandono e de não pertencimento à cidade. Para eles muito pouco mudou, muito embora tenham ocorrido processos de mobilidade ao longo tempo, inclusive para ocupação do Santa Rosa II, bem como a efetividade de políticas públicas, tais como a implantação de escola de ensino fundamental, Centro de Ensino Infantil, Posto de Saúde, construção de moradias populares e policiamento constante e ostensivo, que permitiram a mudança do perfil dos moradores. Porém, uma pequena parcela dos moradores, 10%, se referiu a estas mudanças, considerando algo extremamente positivo o fato de que pessoas vistas como arruaceiros e baderneiros, desocupados e ladrões terem saído do bairro que assim melhorou muito. É de se considerar, contudo, dados levantados junto a Vara Criminal da Comarca de Colinas do Tocantins que são relevantes e significativos: 78% dos processos em andamento na Vara Criminal os acusados residem no Bairro Santa Rosa I e II, especialmente no I. Ainda que mudanças tenham ocorrido, não foram vistas nem sentidas, deixando perceber um certo distanciamento expresso num cansaço, uma descrença. O que vêem

e sentem não é o presente, a atualidade, mas sim a soma, o resultado do que viram e sentiram no tempo e no espaço. Não mudaram, nem se movimentaram, permaneceram como sempre estiveram.

De forma diversa os moradores do bairro Santa Rosa II empreenderam mudanças. Ante as circunstâncias movimentaram-se buscando o seu lugar de ser e estar, sonhando com a casa própria, o lar. São expectativas e sonhos que ainda não foram sepultados na desilusão e permanecem creditando otimismo e esperança, convictos de que o seu lugar é o melhor que há. Observe-se que vinte por cento dos entrevistados responderam que é bom morar porque tem tudo perto, ocorre que no bairro Santa Rosa II não tem farmácia, mercado ou supermercado, hospital ou posto de saúde, creche ou escola, área de lazer ou esporte, sorveteria ou lanchonete, apenas pequenos bares instalados precariamente, e uma mesa de sinuca como opção de divertimento.

Se entre os moradores dos dois bairros há diferentes maneiras de perceber a visão que a cidade tem de seu bairro, há, por outro lado, um certo equilíbrio nas opiniões quanto ao lugar onde não gostariam de morar: os bairros Santo Antonio, sem especificar se no I ou II, e na Vila São João. A primeira razão para tal é a distância. Afirmam que “tanto o Santo Antonio como a vila é longe demais”, que é necessário fazer uma viagem para chegar no centro da cidade.

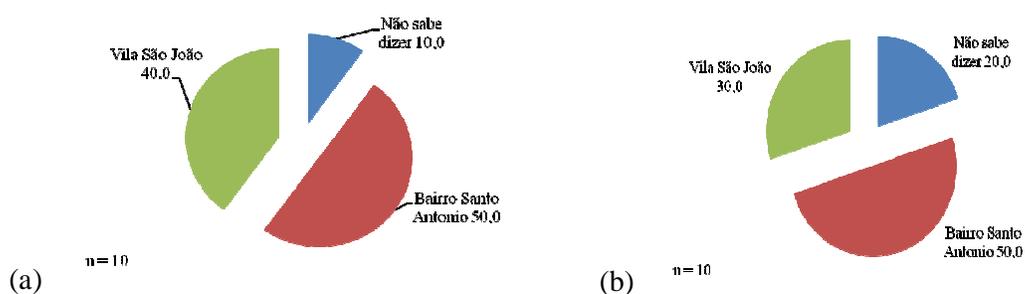


Gráfico 6 – Descritivo de onde os moradores do bairro Santa Rosa I(a) e II (b), não gostariam de morar na cidade de Colinas do Tocantins, TO

A situação espacial de cada um pode facilitar ou dificultar os deslocamentos intra-urbanos, além de expressar os processos de segregação e auto segregação, influenciando na maneira de ver e sentir a cidade.

33. O LUGAR DO ESQUECIMENTO

- Como a cidade vê o lugar onde você mora?
- Lá, na Colina. Não, eles não vê a gente não (sic). Aqui é o lugar do esquecimento.
(trecho de entrevista realizada no Bairro Santo Antonio II)

O ponto de partida para a configuração urbana de Colinas do Tocantins será sempre a Praça 21 de abril, seu marco zero. Dela parte a avenida que se conecta com outra praça, 7 de Setembro, e dela saem outras avenidas formando um quadrilátero que se expande no tempo e no espaço. Este padrão estabelecido, desde a sua fundação, é rompido a partir da década de 70. Ainda aqui, uma década após a criação, não há referência em qualquer documento municipal, ao bairro São Cristóvão, que passou a se chamar Santo Antonio, ou mesmo por seu apelido: Cacau.

Considerando a Praça 21 de abril como marco zero e dele partindo o desenho urbano é possível entender a ausência de referências e citações ao bairro em questão, isto porque seu início se deu em razão da existência do que é até hoje um Posto de Combustível, na margem esquerda da Rodovia Federal 153. Sua origem e existência eram de tal forma longínqua e periférica que a acuidade visual, por mais dilatada que fosse não era capaz de enxergar.

Mas a distância e o afastamento não são os únicos elementos a serem considerados no entendimento desta questão. Há que se considerar ainda a exploração e os serviços sexuais oferecidos na área do Posto e no seu entorno; marcas difíceis de serem carregadas e que a população quer ignorar como se não fizesse parte da realidade local. No bairro este é um assunto intocado e no restante da cidade este assunto é condenado e circunscrito aquele espaço distante. Não faz parte da cidade; é lá no Posto; é lá no Cacau.

O bairro, o lugar, as pessoas, a comunidade, tudo e todos foram se arrumando, criando suas leis. O sentimento existente ainda hoje e que pode ser percebido com maior intensidade no Santo Antonio II é de que foi deixado lá, esquecido, isto porque não são vistos e por isso mesmo não podem ser lembrados. Como lembrar de algo invisível?

O Plano Diretor de Colinas do Tocantins, elaborado em 2006 de forma participativa faz menção, ainda que de forma tímida, ao bairro Santo Antonio ou Cacao e define como bairro São Cristóvão a área em torno do hoje Posto Mil, situada na margem esquerda da Rodovia BR 153. E verdade que este documento não se resume a contar a história da ocupação urbana em seus detalhes mínimos, mas é de se esperar que aqueles populares e governo que o construíram, tivessem, ao menos alguns, a memória deste bairro que faz parte da vida e da história inicial da cidade. Mas é fato que o bairro já existia. Mas é igualmente fato sua invisibilidade. Dona Diosína Rodrigues da Silva é uma de suas primeiras moradoras e somente ela e uns poucos ainda estão vivos para contar a história; “não mais que seis”, como afirma ela.

Ao ser entrevistada ela disse que quando chegou “lá por 1965 com o marido e uns filhos, porque os outros nasceram aqui e fez treze filhos (sic), aqui tinha uma rua, ali outra e outra lá adiante. Tinha capim e umas cinco ou seis casas; na beira da estrada tinha o posto e um restaurante de lá, do lado do posto, e outro de cá. Ficou assim muito tempo porque ninguém queria morar aqui que era longe, longe. Só o comércio lá na estrada é que crescia.”

Observa-se que Colinas de Goiás foi emancipada em janeiro de 1964. Em pesquisa aos arquivos do Município pudemos constatar que no mapa da cidade datado de 1966 já constava a localização do Posto e de cinco quadras do lado oposto da rodovia, chamado São Cristóvão pela população local e de Cacao pela população do centro da cidade, em alusão ao restaurante que também oferecia serviços sexuais aos clientes caminhoneiros. É preciso registrar que as prostitutas que vendiam seus serviços na área do posto não eram de Colinas de Goiás. Elas vinham do Maranhão, do Ceará, do Piauí de Goiás e do Pará. Ainda hoje a população local resiste a esta denominação entendendo ser ela um adjetivo pejorativo e que quando usado é no sentido de denegrir a imagem do bairro, associando-o a prostituição e exploração sexual de crianças e adolescentes.

É fato que esta atividade permaneceu e se intensificou transformando-se numa marca difícil não somente para os moradores do bairro Santo Antonio, mas também para toda a cidade. Ao longo do tempo novos comércios foram sendo abertos oferecendo mais serviços sexuais,

alem de outros tantos, de vez que nas décadas de 80 e 90 este foi o principal ponto de exploração sexual, inclusive infanto-juvenil, da BR 153.

Tal situação foi objeto de denuncia, na Secretaria Especial da Presidência da Republica, por um caminhoneiro que indignado formalizou a queixa. Até a data da denuncia e de seu encaminhamento via Ministério Público Federal, não houve nenhum registro local de qualquer queixa por parte dos poderes públicos e, por via de consequência, nenhuma ação.

Durante as entrevistas tanto no Santo Antonio I quanto no II, nenhum entrevistado se referiu a esta particularidade, ao contrário, quando perguntado como ele via aquele lugar 40 % dos entrevistados residentes no Santo Antonio I, responderam que aquele era “o melhor lugar do mundo” e que em Colinas do Tocantins “não tem lugar melhor”, conforme gráficos 7, abaixo.

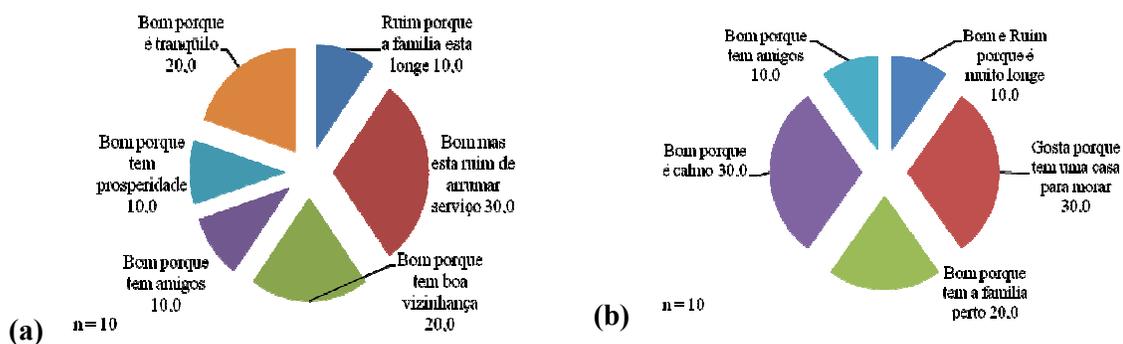


Gráfico 7 – Descritivo de como o entrevistado vê o bairro Santo Antonio I(a) e II (b), em Colinas do Tocantins, TO

A casa, o lar, a família é o ideal a ser alcançado. Viver bem passa por aí.

Mais que um local de moradia, a referência da moradia própria expressa o encontro com a segurança e o bem estar inexistente no vai e vem do aluguel.

Todos os entrevistados do bairro Santo Antonio II moravam em casa própria e esta era a razão para que 40% deles considerassem o bairro o melhor lugar para morar. Consideram o lugar bom de morar porque estão perto da família, dos amigos, porque tem vizinhança. Todos se conhecem, são visíveis, estão próximos e se relacionam cotidianamente. A visibilidade ai é intensa e se expressa na intensidade das relações.

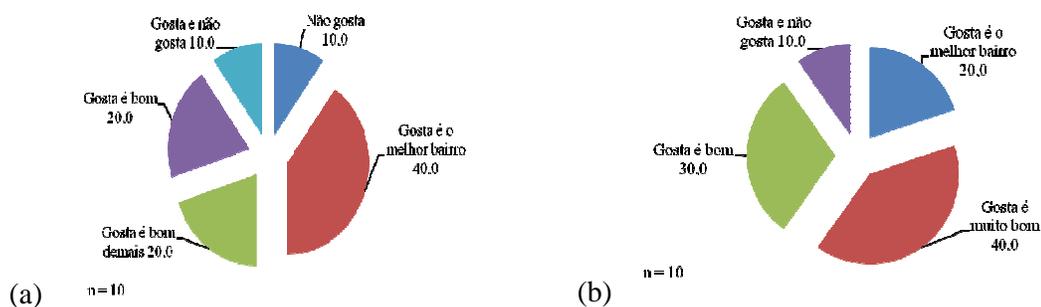


Gráfico 8 – Descritivo quanto a opinião pessoal dos moradores, sobre o bairro Santo Antonio I(a) e II (b), em Colinas do Tocantins, TO. I

Ainda em relação ao bairro Santo Antonio II e de acordo como o gráfico de numero 8, 80% dos moradores manifestaram-se afirmando gostar do lugar em que moram, 10% não gostam e 10% gostam e não gostam. Em seguida analisaram o porquê deste gostar, ou seja o que existia ali, naquele lugar que fazia com que gostassem ou não. Partiram então do existente, partiram das relações de proximidade e visibilidade.

Apenas um entrevistado no bairro Santo Antonio I respondeu não gostar do bairro e que se possível voltaria para sua terra, a Paraíba, onde estão seus familiares. Dentre os que afirmaram gostar e não gostar, uma completou a resposta dizendo que “gosto porque estou aqui com meus filhos e netos, não gosto porque é longe do centro, qualquer coisa que precisar tem que fazer uma viagem e eu já estou velha”.

Percebe-se ai que o que a faz sentir vontade de mudar não é o lugar em si com suas mazelas ou marcas sociais, mas sim a ausência dos familiares que se encontram em outro estado, na Paraíba, sem possibilidades de virem morar em Colinas do Tocantins. Não é o que nele esta contido ou o que ele contém, mas o vazio; é o que nele inexistente que o faz insuportável.

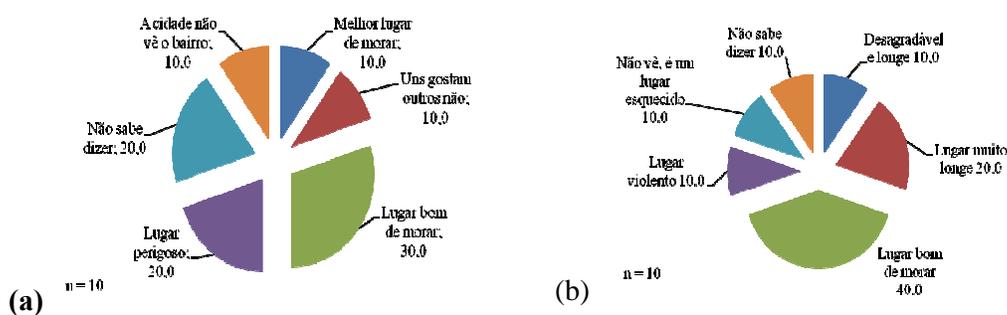


Gráfico 9 – Descritivo como Colinas do Tocantins, TO, vê o bairro Santo Antonio (a) I e (b) II

As perguntas formuladas tiveram como propósito entender o que é visível, o que tem substancia, para os moradores dos bairros analisados. Neste sentido ao perguntar como a cidade vê o lugar onde você mora, o que se pretende é penetrar na alma do entrevistado e entender o movimento flexivo de ver o bairro em que mora, a cidade a qual o seu bairro pertence e nela se ver, para ser visto por ela num movimento reflexivo de visualizar ou não como esta mesma cidade vê o bairro e seus moradores.

Mesmo quando afirma que a cidade não vê seu bairro e que seu bairro é um lugar esquecido ou que é o lugar do esquecimento onde as pessoas são deixadas para viver de qualquer jeito, ele reafirma o movimento reflexivo que implica na invisibilidade do espaço.

Em nenhum momento houve referência do Posto enquanto grande empregador local ou como lugar de prostituição ou mesmo a aspectos negativos resultantes de qualquer pratica social local, apenas um entrevistado se referiu à violência, mas isto fazendo parte do passado distante. É fato contudo, que o Posto continua sendo o maior empregador de mão de obra disponível no bairro Santo Antonio I e II, além de ser um significativo ponto de prostituição e exploração sexual de crianças e adolescentes.

Ver a cidade nos remete a possibilidade de selecionar seus espaços que se expandindo fragmenta-se em outros tantos espaços. Quando perguntados quanto à possibilidade de escolher outro bairro para morar em Colinas do Tocantins, as respostas apontam sempre para os mesmos bairros.

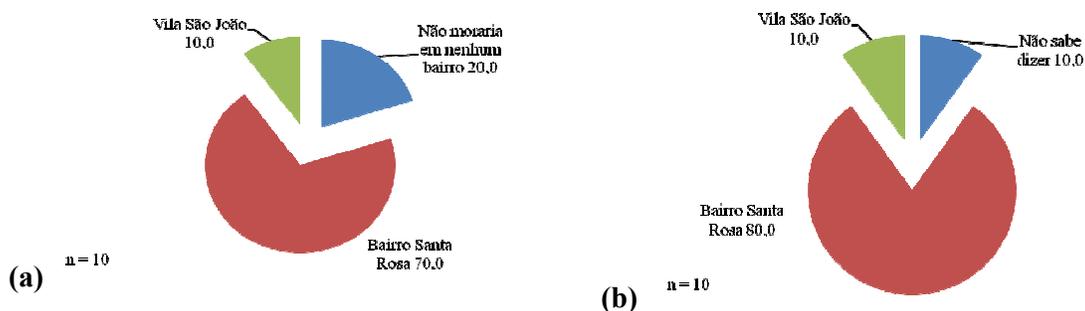


Gráfico 10 – Descritivo de onde os moradores do bairro Santo Antonio (a) I e II (b) não gostariam de morar na cidade de Colinas do Tocantins, TO

Os moradores do bairro Santo Antonio I e II consideram o bairro Santa Rosa (não especificam se o I ou II) o pior lugar para se morar e não morariam lá em hipótese alguma,

preferindo mudar de cidade. Afirmam que lá tem muita violência e por isso é perigoso, é um lugar esquisito e desagradável.

Do total de entrevistados que declararam não morariam no Santa Rosa, 40% nunca tinha ido ao bairro, jamais o vira em sua forma objetiva, não sabia informar com segurança das ruas, casas ou pessoas de lá. Nada era preciso, o que expressava era somente impressões trazidas por outros que ele também não sabia dizer se conheciam de fato o bairro Santa Rosa ou, tal qual ele mesmo, possui apenas impressões. Contudo, o seu bairro, o seu lugar, ele vê como o melhor lugar do mundo.

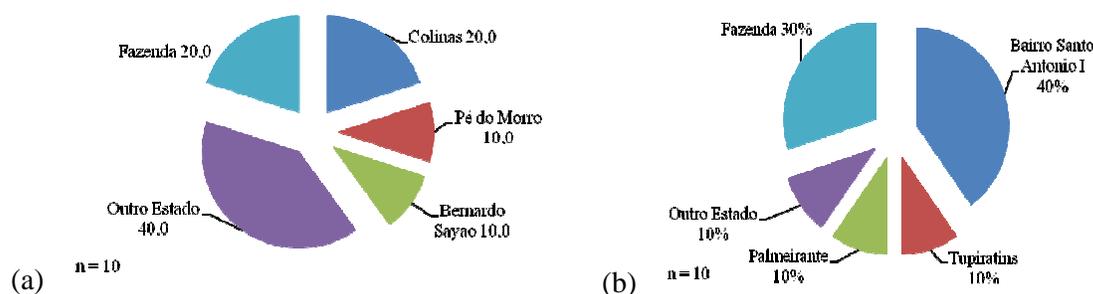


Gráfico 11 – Descritivo da origem do morador do Santo Antonio (a) I e (b) II, em Colinas do Tocantins, TO

Entendendo mobilidade segundo Bourdieu (1997:164) como uma forma individual de luta pela apropriação do espaço, no Gráfico 11 observa-se este movimento que, dessa forma, pode ser entendido.

O Santo Antonio II, como já o dissemos, é uma ocupação recente – teve início no final de 2004, enquanto o Santo Antonio I teve seu início na década de 60. Esta diferença se expressa nos gráficos 7, 8, 9, 10 e 11 acima. Do total de pessoas que migraram para o Santo Antonio II apenas 10% era de outro estado enquanto que para o Santo Antonio I o percentual foi de 40%.

É de se observar no Gráfico 11 - B, que 40% dos entrevistados moravam no Santo Antonio I e 30% em fazendas no município de Colinas, resultando que 70% da mobilidade ocorreu internamente. A recente ocupação que resultou na origem do bairro Santo Antonio II pode ser observada nos gráficos abaixo, que mostra o tempo de ocupação em cada bairro.

(a)

(b)

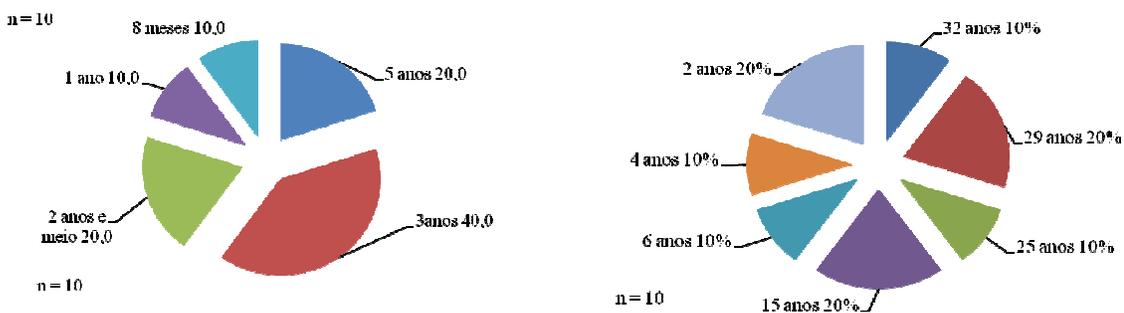


Gráfico 12 – Descritivo do tempo de moradia no Santo Antonio (a) I e (b) II, em Colinas do Tocantins, TO

O tempo médio de moradia no bairro Santo Antonio I é de 16 anos enquanto que no Santo Antonio II é de apenas 2,9 anos. Estes dados corroboram as informações colhidas junto a Setor Imobiliário da Prefeitura de Colinas do Tocantins de que o loteamento Santo Antonio II é recente. O Poder Público deu início ao parcelamento do solo durante o período eleitoral do ano de 2004, realizando a distribuição de terrenos, sendo que todos os lotes estão em situação fundiária irregular, não havendo para aquela área nenhum processo de regularização com vistas à escritura e registro dos imóveis, por isso mesmo em apenas 20% das residências entrevistadas tinha padrão de energia regularizada, nas demais, 80% delas, quando existem, as ligações são irregulares, chamadas rabicho.

As ruas abertas foram esquadrihadas de forma regular, com o formato de um loteamento, dando a impressão de ter havido uma ação de implantação consciente e responsável. Desta forma, quem olha de longe ou mesmo uma fotografia aérea, tem a impressão de que é um bairro com tudo aquilo que o caracteriza, contudo, tudo “lá” foi deixado para depois, amanhã talvez. O que existe “lá” é o esquecimento que se expressa no abandono em que tudo e todos estão imersos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura e compilação das informações obtidas por meio dos questionários aplicados nos bairros Santo Antônio I e II e Santa Rosa I e II permitiu vincular a problemática ambiental e urbana, especificamente a expansão das periferias, ao fenômeno do que chamamos invisibilidade que se expressa na produção e reprodução de espaço invisível que abriga em si vida invisível, numa abordagem da produção do espaço e da natureza.

A partir da observação do objeto de estudo buscou-se compreender como o espaço urbano foi sendo construído em Colinas do Tocantins, ao mesmo tempo em que as relações foram se estruturando, expondo suas fragilidades: a formação de uma ampla periferia integrada à área valorizada da cidade, marcada pelo desequilíbrio no atendimento às suas demandas urbanas, políticas, econômicas e sociais, em relação aos demais espaços urbanos.

Os primeiros achados trouxeram luz a uma importante questão: ficou claro que o poder público se fazia presente a cada nova invasão, e se fazia presente não apenas legitimando o movimento de ocupação do solo urbano, mas também em sua organização num evidente movimento caracteristicamente ideológico, cuja finalidade era atender seus próprios interesses de manutenção de parcelas de poder, em detrimento da causa abraçada pelos invasores por uma vida melhor e isto significava no mínimo um barraco. Uma vez que ocupavam os “lotes” e, passada a eleição, eram abandonados à própria sorte.

Ficou evidenciado que os serviços e as políticas públicas chegam, mas em não menos de quatro anos de espera, e mesmo assim, parcialmente. Energia, água encanada nas casas, telefone, coleta regular de lixo, regularização fundiária, são benefícios raros. Evidenciou-se ainda, que os movimentos de ocupação dos espaços urbanos por meio de invasão não são algo pontual, guardam uma seqüência temporal. Trazem e levam nesta corrente não só o morador mais pobre para os extremos da periferia, mas também aquele que vem da zona rural ou de municípios de seu entorno, analfabeto, desqualificado e, portanto, será mais um na conta dos desempregados. Mão de obra barata, disponível, e em grande quantidade.

Estar situado espacialmente numa periferia definida por linhas invisíveis e intransponíveis é a realidade mesma dos bairros estudados, onde a vida acontece, acontece só sem alcançar ou ser alcançada pela vida que se desenrola além de suas linhas demarcatórias. O embotamento dos sentidos e da capacidade de reflexão aprofunda a lógica da dominação econômica que engendra o tipo característico dos dias atuais. Num flunar contínuo ele passa sem se dar conta do que o envolve. Indiferentemente ele olha mas não vê. Esse mundo, o mundo das coisas de “lá”, lhe é invisível.

Essa ordem expõe a paisagem urbana de Colinas do Tocantins, marcada por espaços fragmentados de segregação e as reduzidas oportunidades de emprego aprofundam esses contrastes e desvantagens, tornando cada vez mais permanente a situação de vulnerabilidade daquele que vive do trabalho e não o encontra, o que reforça sua condição de invisível.

É no aspecto da ocupação do solo que se manifesta o conflito socioambiental evidenciando a necessidade de novas estratégias e novos princípios de valorização da natureza que permitam diminuir a distância entre a “natureza da cidade” para a “cidade da natureza”, especialmente quando consideramos que a cultura humana prospera a partir de desequilíbrios que ela provoca no ambiente. Portanto esta pesquisa aceita e comprova a hipótese de que ocorrem alterações no ambiente em decorrência da vida invisível na periferia de Colinas do Tocantins. Temos então, que o objetivo geral dessa pesquisa que era analisar as alterações ambientais decorrentes da ocupação do espaço por famílias em situação de invisibilidade, foi alcançado.

* * *

Como você vê a cidade? Esta é a última pergunta do questionário utilizado no levantamento de informações nas áreas escolhidas. Ao aplicá-lo no bairro Santo Antonio II um dos entrevistados respondeu de forma simples e sem rodeios: - “Só vejo quando vou “lá”. As coisas boas são lá” Em sua simplicidade ele acabou por sintetizar, a intrincada questão da visibilidade/invisibilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, J., **História e Região: Reconhecendo e construindo espaços**. São Paulo: Marco Zero/MCT/CNP,1990.

AQUINO, Napoleão Araújo, **A construção da Belém-Brasília e a modernidade no Tocantins** - UFG: Goiânia,1996. (Dissertação de Mestrado)

BALBIM, Renato. **Práticas Espaciais e Informatização do Espaço da Circulação. Mobilidade Cotidiana em São Paulo**. São Paulo, 2004 (Tese de Doutorado, FFLCH-USP)

BECKER, Bertha K., **Cenários de curto prazo para o Desenvolvimento da Amazônia**. Caderno IPPUR, Rio de Janeiro, Ano XIV, n. 1, 2000. p 53-85

BERMAN, Marshal, **Tudo que é sólido desmancha no ar**, [Tradução Carlos Felipe Moraes, Ana Maria L. Ioriatti, São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BERTRAN, Paulo, **História da terra e do homem no Planalto Central: Eco-história do Distrito Federal: do indígena ao colonizador** - Brasília: Solo Editores, 1994.

BOBBIO, N; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, G. **Dicionário de Política..** Brasília: UNB, 2000. v.2.

BOISIER, Sergio. **El Dificil Arte de Hacer Region** – Las regiones como actores territoriales del nuevo orden internacional. Conceptos, problemas y métodos. Cusco: Centro de Estudios Regionales Andinos Bartolomé de Las Casas, 1992

BOYER, Gilbert Cardoso. **A dimensão do trágico na vida cotidiana: cognótica contemporânea ou tecnologia de subsunção da consciência**. São Paulo: Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?>

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 5ª. Ed. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand, 2002.

CALVINO, Ítalo, **As cidades invisíveis**. Tradução: Diogo Mainardi. 13º. Reimpressão. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1990.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloisa Pezza Cintrão. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2000.

CAPRA, Fritjof. Alfabetização ecológica: o desafio para a educação do século 21. In: TRIGUEIRO, André (org.) **Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento**. Rio de Janeiro. Sextante, 2003 p. 19-33

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. Trad. Arlene Caetano. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006

CHAUL, Nasr Fayad, **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade**. Goiânia: Ed. da UFG, 1997.

CARLOS, Ana Fanni Alessandri, **Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 1994.

CORREA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1989. (Série Princípios)

DUBY, G. Wallon, (org.) **Histoire de la France Rurale**. Paris: Plon, 1976

DUTRA, Delia. **Ser Estrangeiro na cidade: uma atitude mental, um modo de vida, um estado de espírito**. Revista Eletrônica do PIP Itinerâncias Urbanas – Ano 5, nº1 – Dezembro de 2007.http://www.urbanidades.unb.br/artigo_1.html

EUFRÁSIO, Mário A, **Estrutura Urbana e Ecologia Humana: a escola sociológica de Chicago (1915-1940) - São Paulo: Curso de Pós Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo/ ED. 34, 1999.**

FERRARA, Lucrecia D'Alessio. **Os significados Urbanos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2000 (Série Acadêmica)

_____, **Olhar Periférico**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

FONTES FILHO, Osvaldo. **Paisagens de ausência e de vazio**. Trans/Form/Ação v.31, n 1, Marília, 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?doi:10.1590/S0101-31732008000100006>.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal,1979

GIDDENS, Anthony. **As Conseqüências da Modernidade**; Tad. Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

_____ **Modernidade e Identidade**; Trad Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002

GAUDEMAR Jean-Paul de, **A mobilidade do Trabalho e a acumulação do capital**, Trad. Maria do Rosário Quintela. Lisboa: Editora Estampa, 1977.

GOLDEMBERG, Mirian. **A Arte de Pesquisar**: Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005

HALUM, César Hanna. **Municípios Tocantinenses**: suas origens, seus nomes. Palmas: Provisão Editora, 2008

HARDMAN, Francisco Foot. **Trem-Fantasma**: A ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004

KUS, S.N. **The spatial representation of space**. In: NOORE, J. et KEENE, A. S.N.Y, Academic Press. 1993, p.277-298.

LAKATOS E.M, e MARCONI, M.A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3. ed. São Paulo:Atlas,1991.

LOPES, José Rogério **Cidade, Subjetividade e Território**: Representações de moradores da Favela. Disponível em: [www. Scielo.br/scielo.php? pid=S1518-70122007000100009&script=sci_arttext](http://www.Scielo.br/scielo.php?pid=S1518-70122007000100009&script=sci_arttext), p. 64 de 150)

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008

_____, **A revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999

_____ **O Direito à Cidade**. São Paulo: Editora Moraes, 1968

MASCARENHAS, Osineida, **O discurso da Modernidade na Unitins**, UnB: Brasília, 1995. (Dissertação de Mestrado).

MERLEAU-PONTY, M. **O Visível e o Invisível**, São Paulo: Perspectiva,2008.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.

OBSERVATÓRIO URBANO DO RIO DE JANEIRO: **Diagnóstico Sócio-Ambiental da Região do Aterro Metropolitano do Jardim Gramacho**. Rio de Janeiro, 2008

OLIVEIRA, Maria de Fátima. **Um Porto no Sertão: Cultura e cotidiano em Porto Nacional 1888/1910**, Goiânia, 1997 (Tese de Mestrado em História das Sociedades Agrárias do Curso de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Goiás).

ORTIZ, Renato. **Walter Benjamin e Paris: individualidade e trabalho intelectual**. Tempo Social; Rev.Sociol.USP, 12 n.1 p. 11-28, maio de 2008.

PALACÍN, Luís, **Coronelismo no extremo norte de Goiás: O Padre João e as três revoluções de Boa Vista**. Goiânia: CEGRAF- UFG, 1990.

_____, **o século do Ouro em Goiás: 1722-1822**, estrutura e conjuntura numa capitania de Minas, 4. ed. - Goiânia: Ed. UCG, 1994.

PARK, Robert Ezra, A cidade: Sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano, in Velho, Otávio (org.) **O Fenômeno Urbano**. RJ: Zahar, 1967.

PENNA, Nelba Azevedo, **Urbanização, Cidade e Meio Ambiente**. GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, no. 12, p. 5, 2002.

PELIZZOLI, M.L. **A emergência do paradigma ecológico**. Petrópolis: Vozes, 1999.

ROCHA, Ana Lucia Carvalho da. **Antropologia das formas sensíveis: entre o visível e o invisível, a floração dos símbolos**. Porto Alegre: Horizontes Antropológicos, Ano 1, n. 2, p.107-117, jul/set. 1995

ROCHA, M.M. **Mobilidade forçada** – a economia política dos deslocamentos humanos – Acta Scientiarum 21(1):153-161, 1999. Disponível em www.periodicos.uem.br

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Nobel, 1993.

_____, **Caminhos para o desenvolvimento sustentável** Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos, **A cidade como um jogo de cartas** - Niterói: Universidade Federal Fluminense: EDUFF; São Paulo: Projeto Editores, 1988.

SANTOS, Milton, **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____, **Economia Espacial**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

_____, **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

_____, **Pensando o espaço do Homem**. 5. ed. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SILVA, Luiz Sérgio Duarte da, **A construção de Brasília: modernidade e periferia**. Goiânia: Ed. da UFG, 1997

SILVA, Marcos A da (org) **República em Migalhas: História Regional e Local**. São Paulo: Marco Zero/MCT/CNP, 1990.

SIMMEL, Georg, A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio G. (org.), **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SOUZA, Jessé. Por uma teoria da ação social da modernidade periférica. In SOUZA, J. (org.) **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006

SOUZA, Jessé, OELZE, Berthold. **Simmel e a Modernidade**. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília: 2005

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-Urbano no Brasil**, 2007

ZUBEN, Newton Aquiles von. **Fenomenologia e existência: Uma leitura de Merleu-Ponty**. Disponível em <http://www.fae.unicamp.br/vonzuben/fenom.html>. 2008

Levantamento Sócio Econômico, Centro Espírita Euripedes Barsanulfo de Colinas do Tocantins. Colinas do Tocantins, 1997.

ANEXOS

Anexo I – Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa

Anexo II – Questionário

Anexo III – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Anexo IV – Permissão de Filmagem, Cessão de Uso de Imagem e Voz.



ANEXO II QUESTIONÁRIO

Projeto: Espaço Invisível no Ambiente Urbano
Pesquisadora: Myrian Nydes Monteiro da Rocha
Instituição: Fundação Municipal de Ensino Superior de Colinas do Tocantins
Faculdade Integrada de Ensino Superior de Colinas do Tocantins

DATA/...../.....

No.

1. Endereço

Rua No.

Bairro

2. Identificação

Nome:..... Sexo

Idade: Grau de Instrução Trabalha? Carteira S N

3. Dados da Família

Nome	Grau de Parentesco	Idade	Escolari- Dade	Trabalha		Renda	
				S	N	-1s	+1s

4. Informações Gerais

Há quanto tempo você mora neste bairro?

De onde você veio?

Por que você veio para este bairro e não para outro?

Você teve dificuldade para arrumar emprego aqui? Por quê? Está empregado atualmente?

O que você vê de bom e de ruim no seu bairro?

Você gosta de onde você mora?

Onde você gostaria de morar?

Onde você não gostaria de morar?

Como você vê a cidade de Colinas?



ANEXO III

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Projeto: Espaço Invisível no Ambiente Urbano: Famílias Moradoras na Periferia Urbana de Colinas do Tocantins

Pesquisadora: Myrian Nydes Monteiro da Rocha

Instituição: Universidade Federal do Amazonas

Fundação Municipal de Ensino Superior de Colinas do Tocantins

No. do Termo.....

Gostaríamos de convidá-lo(a) a participar da pesquisa ESPAÇO INVISÍVEL NO AMBIENTE URBANO, que tem por objetivo analisar a ocorrência de alterações ambientais decorrentes da ocupação do espaço por famílias em situação de invisibilidade residentes nos bairros Santo Antonio I e II e Santa Rosa I e II de Colinas do Tocantins,

A realização dessa pesquisa é de grande importância para se entender como a cidade de Colinas do Tocantins cresce e vai se organizando em bairros. Sua participação se dará por meio de entrevista e suas respostas ajudarão a conhecer o bairro em que você mora e também saber como você vê seu bairro e sua cidade. A entrevista consta de um questionário com perguntas objetivas e subjetivas, sendo que toda a entrevista será gravada por meio de um gravador de mão marca Sony e depois serão tiradas fotografias de sua casa, quintal e rua.

Sua participação é voluntária e em hipótese alguma lhe será pago ou cobrado valores por suas informações ou participação de qualquer natureza nessa pesquisa.

As informações serão guardadas na FIESC Faculdade Integrada de Ensino Superior de Colinas do Tocantins e analisadas em conjunto com as informações de outras pessoas que participarem dessa pesquisa, não sendo divulgada a identidade de nenhum dos participantes.

Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido.

Assinatura participante

Data / /

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste participante.

Assinatura do responsável pelo estudo Data / /

Endereço da responsável pela pesquisa:

Responsável: Myrian Nydes Monteiro da Rocha Instituição: FECOLINAS – Fundação Municipal de Ensino Superior de Colinas do To Endereço: Rua Goianésia no. 1233 Bairro: Novo Planalto – Colinas do Tocantins - TO Telefones p/contato: 3476 - 1945



ANEXO IV
PERMISSÃO DE FILMAGEM, CESSÃO DE USO DE IMAGEM
E VOZ

Projeto: Espaço Invisível no Ambiente Urbano: Famílias Moradoras na Periferia Urbana de Colinas do Tocantins

Pesquisadora: Myrian Nydes Monteiro da Rocha

Instituição: Universidade Federal do Amazonas

Fundação Municipal de Ensino Superior de Colinas do Tocantins

No. do Contrato.....

CONTRATO PERMISSÃO DE FILMAGEM, CESSÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ PARA PRODUÇÃO DE OBRA DE CARATER CIENTIFICO, DE OBRIGAÇÕES RECIPROCAS E OUTRAS AVENÇAS.

Pelo presente instrumento particular, e na melhor forma de direito, de um lado Myrian Nydes Monteiro da Rocha, pesquisadora do Programa de Pos Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, Mestrado Institucional da Universidade Federal do Amazonas –UFAM, parceria com a Fundação Municipal de Ensino Superior de Colinas do Tocantins Fecolinas, inscrita no CPF sob no. 166.970.061-53, residente e domiciliada na Av. Natal no.793, centro, na cidade de Colinas do Tocantins, neste ato denominada **Pesquisadora** e de outro lado , brasileiro(a), residente e domiciliado na , inscrito(a) no CPF sob no. , neste ato denominado **Entrevistado**, tem entre si, justo e acertado o que segue:

Cláusula Primeira – Das Considerações

- 1.1** – Considerando que a **Pesquisadora** esta realizando uma pesquisa, de sua autoria, denominado Espaço Invisível no Ambiente Urbano, sobre aspectos urbanos da cidade de Colinas do Tocantins, tendo interesse de defendê-la na forma de dissertação a ser avaliada;
- 1.2** – Considerando que e **Pesquisadora** ira divulgar sua pesquisa na forma escrita utilizando para tanto de todos os meios considerados lícitos pela legislação brasileira, bem como realizar apresentações sobre o estudo utilizando meios áudios-visuais;

Cláusula Segunda – Objeto

- 2.1-** É objeto deste instrumento permissão de filmagem e fotografias, cuja locação ocorrerá na residência do **Entrevistado(a)**; cessão da imagem e som da voz dos participantes, e autorizações daí decorrentes em favor da **Pesquisadora**, para produção de obra de caráter científico;
- 2.2-** A **Pesquisadora** poderá utilizar e realizar filmagem e fotografias em toda a área da residência do **Entrevistado** sem restrições, bem como de seus arredores;

Cláusula Terceira – do Prazo

- 3.1- O presente Instrumento tem validade a partir de sua assinatura até 30 de dezembro de 2009, relativamente às filmagens e fotografias, podendo a data final ser alterada com o consentimento expresso das partes.
- 3.2- As partes declaram expressamente, serem idôneas, capacitadas para a consecução e realização do presente instrumento.

Cláusula Quarta - Obrigações

- 4.1. A permissão de filmagem, cessão de uso de imagem e voz é toda ela gratuita, sendo que a nenhuma das partes recairá ônus de qualquer natureza.
- 4.2-. O **Entrevistado** se compromete a ceder à **Pesquisadora** os direitos patrimoniais de propriedade intelectual (copyright) que recaiam sobre a Filmagem e/ou seus sub-produtos ("Direitos da Propriedade Intelectual").
- 4.3. O presente contrato é celebrado em caráter irrevogável e irretratável e obriga as partes e eventuais sucessores a qualquer título.

Cláusula Quinta – Foro

Fica eleito o foro da cidade de Colinas do Tocantins para dirimir todas e quaisquer pendências oriundas deste Termo de Autorização.

E, por estarem justos e acertados, as partes firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Assinatura do Entrevistado	Data / /
Assinatura da Pesquisadora	Data / /

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)